PRONASCI juventude

GUIA METODOLÓGICO PRONASCI JUVENTUDE:

Referências, Diretrizes e Caminhos para a Implementação Territorial

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PRONASCI juventude

© Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (Cdesc) – março de 2026.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial. O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente as opiniões ou políticas do UNODC ou de organizações contribuintes, nem implica qualquer endosso. As designações empregadas e a apresentação de material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do UNODC a respeito do status legal de qualquer país, território ou cidade ou suas autoridades, ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites. Esta publicação pode ser reproduzida no todo ou em parte em qualquer forma para fins educacionais ou sem fins lucrativos sem permissão especial do detentor dos direitos autorais, desde que seja feito o reconhecimento da fonte. O UNODC gostaria de receber uma cópia de qualquer publicação que utilize esta publicação como fonte.

Este documento não foi formalmente editado.

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Palácio da Justiça - Edifício Sede. Brasília – DF. CEP: 70064-900.

Idealização:
Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP)
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Equipe responsável

Coordenação
Monalyza Alves e Claudio Dantas Monteiro

Elaboração
Monalyza Alves, Raquel Willadino Braga (FIOCRUZ), Andreia Sousa de Jesus (FIOCRUZ), Eliel David Alves da Silva (FIOCRUZ), Emanuelle Santos Silva (FIOCRUZ) e Joline Vasques (FIOCRUZ).

Projeto Gráfico e Diagramação
Luiz Pedra (FIOCRUZ)

GUIA METODOLÓGICO PRONASCI JUVENTUDE:

Referências, Diretrizes e Caminhos para a Implementação Territorial

BRASÍLIA
Junho/ 2026

FICHA TÉCNICA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA(MJSP)

MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Wellington César Lima e Silva

SECRETÁRIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS
Marta Rodriguez de Assis Machado

CHEFE DE GABINETE
Ana Luiza Villela de Viana Bandeira

DIRETORA NACIONAL SUBSTITUTA E COORDENADORA DO PROJETO BRA/15/009
Solange Pereira Leal

DIRETOR DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÕES
Daniel Edler Duarte

DIRETORA DE PREVENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL
Nara Denilse de Araújo

DIRETOR DE GESTÃO DE ATIVOS
João Carlos Laboissière Ambrósio

DIRETOR DE RESPOSTAS INTEGRADAS PARA O USO PROBLEMÁTICO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS
Leonardo Pereira Pinho

COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETOS ESPECIAIS SOBRE DROGAS E JUSTIÇA RACIAL
Lívia Miranda Müller Drumond Casseres

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

REPRESENTANTE-RESIDENTE
Cláudio Providas

REPRESENTANTE-RESIDENTE ASSISTENTE E COORDENADORA DA ÁREA PROGRAMÁTICA
Maristela Baioni

COORDENADORA DA UNIDADE DE GOVERNANÇA E JUSTIÇA PARA O DESENVOLVIMENTO
Andréa Bolzon

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC)

DIRETORA DO UNODC BRASIL
Elena Abbati

OFICIAL DE GESTÃO EXECUTIVA
Ana Paula Penante

OFICIAL DE COMUNICAÇÃO
Bruno Fortuna

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE DROGAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITÁRIO (CDESC)

COORDENADOR
Claudio Dantas Monteiro (UNODC)

ASSESSORAS INSTITUCIONAIS
Janaina Grasso (UNODC) e Luciana da Silva Melo (UNODC)

ASSESSORA TÉCNICA PARA GESTÃO DO PRONASCI JUVENTUDE
Monalyza Alves (UNODC)

ESPECIALISTA EM COMUNICAÇÃO
Ana Carolina Fleury Nogueira (UNODC)

ESPECIALISTA EM DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
Juliana Vicente de Freitas (UNODC)

ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE ALERTA RÁPIDO
Gabriella Giudice (UNODC)

ANALISTA TÉCNICA DE DADOS
Isabella Oliveira (UNODC)

ASSOCIADAS DE COMUNICAÇÃO
Alessandra Bernardes (UNODC) e Talita Carvalho (UNODC)

ASSOCIADA DE DADOS
Paula Macedo Barros (UNODC)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

PRESIDENTE
Mario Santos Moreira

COORDENADORES
Ana Paula Guljor e Francisco Netto

PROJETO PRONASCI JUVENTUDE

COORDENADOR ADJUNTO
Eliel David Alves da Silva

COORDENADORA ADJUNTA DE GESTÃO
Andreia Sousa de Jesus

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO
Midiã Noelle Santana

COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Emanuelle Santos Silva

SUPERVISORA METODOLÓGICA
Raquel Willadino Braga

ASSESSORA ADMINISTRATIVA
Manuela Reis da Silva

ASSESSORA DE COORDENAÇÃO
Joline Vasques

ASSESSORA DE MONITORAMENTO
Sheila Lima Rodriguez Monte Nero

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 10
2. INTRODUÇÃO 13

SEÇÃO 01 – INTRODUÇÃO, MARCOS NORMATIVOS, CONTEXTUALIZAÇÃO, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES 17

3. MARCOS NORMATIVOS 18

4. CONTEXTUALIZAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONASCI JUVENTUDE - A EXPERIÊNCIA DO PROJETO "TÔ DE BOA" 19

4.1 A experiência de implementação do projeto "Tô de Boa" - Trabalho Orientado de Desenvolvimento Econômico e Biopsicossocial, baseado na Oferta de Alternativas 19

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONASCI JUVENTUDE 24
6. OBJETIVOS 25

6.1 Objetivos Geral 25
6.2 Objetivos Específicos 26

SEÇÃO 02 – MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA, CONCEITOS NORTEADORES, AS FASES DE IMPLEMENTAÇÃO E DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 27

7. PRONASCI JUVENTUDE NO RIO DE JANEIRO E SALVADOR – PROJETO-PILOTO 29

8. DA EXPERIÊNCIA COM OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 34

9. RESUMO DAS FASES DA NACIONALIZAÇÃO 39

10. CONCEITOS NORTEADORES 40

10.1 Segurança Cidadã 40
10.2 Desenvolvimento Alternativo Sustentável 41
10.3 Prevenção Ampliada 43
10.4 Vulnerabilidade sociorracial agravada 44
10.5 Interseccionalidade 46
10.6 Intersetorialidade/Atenção integral 48
10.7 Território 48

11. PÚBLICO PRIORITÁRIO E MOBILIZAÇÃO 49

12. ESTRUTURAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA 52

13. TERRITORIALIZAÇÃO 64

13.1 Da parceira com Organizações Locais 67

14. ESTRUTURAÇÃO DOS POLOS COMO ESPAÇOS DE REFERÊNCIA 68

15. CONJUNTO DE AÇÕES VOLTADAS AOS ADOLESCENTES E JOVENS BENEFICIÁRIOS DO PRONASCI JUVENTUDE 70

15.1 Das Portas de entrada 70
15.2 Termo de adesão ao PRONASCI Juventude 71
15.3 Do percurso formativo dos adolescentes e jovens 72
15.4 Oficinas de múltiplas linguagens 73
15.5 Acompanhamento longitudinal 77
15.6 Atendimentos individuais 78
15.7 Visitas domiciliares 79
15.8 Busca Ativa 80
15.9 Estudos de caso 80
15.10 Articulação com a rede de proteção social e garantia de direitos 82
15.11 Atividades em grupo 85

16. ESTRATÉGIA PARA A ELEVAÇÃO DE ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL 87

15.1 Os cursos PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego 87

17. APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA 89

18. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 90

19. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 95

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório técnico-narrativo destina-se à apresentação do Guia Metodológico para a implementação do projeto PRONASCI Juventude, tendo como objetivo sistematizar o apoio prestado pelo Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (Cdesc) à Coordenação-Geral de Justiça Étnico-Racial na Política sobre Drogas (CGJR), da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP). O Cdesc é fruto de uma parceria entre a Senad/MJSP, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Este relatório insere-se no contexto do acordo de contribuição entre agências do Sistema das Nações Unidas, no âmbito da cooperação entre o PNUD e o UNODC, vinculado ao Projeto BRA/15/009, conforme previsto no cronograma de trabalho da Etapa 7, atendendo ao produto "Produto 7.12 – Guia Metodológico PRONASCI Juventude: Referências, Diretrizes e Caminhos para a Implementação Territorial".

O projeto Cdesc tem como missão subsidiar a Senad com evidências científicas, visando ao aprimoramento da política nacional sobre drogas. No que se refere à atuação do UNODC, o apoio descrito neste relatório está alinhado ao mandato institucional da organização como guardiã das três convenções internacionais de controle de substâncias psicoativas — a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971 e a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988 —, bem como da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo, 2000). Esse arcabouço normativo estabelece diretrizes para o controle do uso lícito de substâncias para fins médicos e científicos, para a prevenção e repressão ao tráfico ilícito e para o fortalecimento da cooperação internacional entre os Estados-membros.

O Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), instituído pela Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, representa um marco na política de segurança pública brasileira ao articular ações de prevenção, controle e repressão da criminalidade com políticas sociais e ações de proteção às vítimas. Sua fase atual, o PRONASCI II, foi instituída pelo Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023, que regulamenta a referida lei e estabelece os eixos prioritários para sua execução.

A inserção do PRONASCI Juventude articula-se com esforços mais amplos de prevenção da violência contra crianças e adolescentes, em consonância com a iniciativa global End Violence Against Children (END VAC), que promove uma abordagem sistêmica, territorializada e baseada em evidências, integrando segurança pública, proteção social, educação, saúde, justiça e participação comunitária.

No Brasil, esses princípios foram incorporados à estratégia nacional "Crescer em Paz: Uma Estratégia de Justiça e Segurança Pública para a Proteção de Crianças e Adolescentes", desenvolvida em parceria com o UNODC. A estratégia adapta as diretrizes da END VAC ao contexto nacional e estrutura ações integradas de prevenção da violência, do uso de drogas e do envolvimento de crianças e adolescentes com o crime.

O PRONASCI Juventude está inserido na estratégia Crescer em Paz, no eixo "Contexto de insegurança e vulnerabilidade", com o macro-objetivo de implantar equipamentos e serviços públicos de prevenção às drogas, à violência e aos crimes contra crianças e adolescentes, prevendo como ação a implementação do projeto em 20 municípios.

Adicionalmente, o PRONASCI Juventude dialoga com o Plano Juventude Negra Viva (PJNV), que visa à redução das vulnerabilidades que afetam a juventude negra brasileira e ao enfrentamento da violência letal associada ao racismo estrutural. O PJNV articula, de forma transversal, 11 eixos de atuação e reúne 217 ações pactuadas com 18 ministérios.

O plano foi elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), instituído pelo Decreto nº 11.444, de 21 de março de 2023, com a participação de 16 ministérios, sob coordenação do Ministério da Igualdade Racial e apoio da Secretaria-Geral da Presidência da República. Sua construção resultou de um processo participativo, que incluiu a escuta de aproximadamente 6.000 jovens negros e negras, por meio das Caravanas Participativas realizadas nos 26 estados e no Distrito Federal.

O apoio técnico prestado pelo Cdesc considerou a análise de documentos elaborados pela equipe responsável pela implementação nacional do PRONASCI Juventude, bem como entrevistas e visitas de campo realizadas entre junho e dezembro de 2025, nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Amazonas, Pernambuco e no Distrito Federal. A partir dessas informações, apresenta-se a sistematização dos aprendizados, com vistas a subsidiar gestores públicos, pesquisadores, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias na compreensão dos elementos necessários à implementação do projeto em seus territórios.

O apoio do Cdesc neste produto consolida uma parceria iniciada em 2024, no âmbito da Etapa 6, por meio da elaboração do relatório "Produto 6.3: Relatório de plano de implementação de estratégia piloto de desenvolvimento alternativo em territórios vulneráveis". Esse relatório reuniu quatro documentos elaborados em parceria com a coordenação do PRONASCI Juventude: levantamento de dados dos territórios de implementação, caracterização e análise de políticas correlatas, definição da abordagem de monitoramento e construção da matriz de indicadores do programa e dos jovens participantes.

A entrega do referido relatório contribuiu para a consolidação dos indicadores de monitoramento e avaliação do projeto. Em 2025, o apoio do Cdesc à Senad/MJSP consolidou-se na forma de assessoria técnica à gestão nacional do projeto, com vistas à implementação nos municípios do Rio de Janeiro e Salvador, bem como à expansão para novos estados.

Destaca-se que o projeto-piloto do PRONASCI Juventude é fruto da parceria entre a Senad/MJSP e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), viabilizada por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED SENAD-FIOCRUZ nº 07/2023). A expansão do projeto conta, ainda, com a formalização de novos TEDs com Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vinculados ao Ministério da Educação (MEC), possibilitando sua implementação nos estados do Amazonas, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo, Maranhão e no Distrito Federal.

Este relatório está estruturado em duas seções. A primeira apresenta a introdução do produto, os marcos normativos e a contextualização da implementação do projeto, bem como seus princípios e diretrizes. A segunda seção aborda os conceitos, os meios e as fases de implementação da política, com detalhamento das estratégias de entrada de adolescentes e jovens, da formação das equipes e dos processos de monitoramento e avaliação, possibilitando a compreensão do modelo de implementação do PRONASCI Juventude em diferentes territórios do país.

2. INTRODUÇÃO

A persistência da violência letal contra adolescentes e jovens no Brasil constitui um dos principais desafios para a consolidação de políticas públicas voltadas à promoção da cidadania, da proteção social e da garantia de direitos. A população jovem brasileira é composta por mais de 50 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, representando a maior geração de jovens já registrada no país, conforme aponta o Atlas das Juventudes (2021). Trata-se de uma população heterogênea e diversa, marcada por distintas trajetórias sociais, territoriais, raciais, culturais e econômicas, que vivencia realidades profundamente desiguais dentro de um mesmo ciclo de vida.

No Brasil, as juventudes encontram-se expostas a múltiplas situações de vulnerabilidade e a significativas discrepâncias no acesso a direitos fundamentais. Entre os principais desafios enfrentados estão o racismo estrutural, o abandono, a negligência, o trabalho infantil, o consumo problemático de álcool e outras drogas, a exploração sexual, as violências de diferentes naturezas e os impactos decorrentes das dinâmicas do crime organizado. Esses fatores se articulam à precariedade das condições de vida em territórios periféricos, à fragilidade das redes de proteção social e às desigualdades históricas que limitam o acesso de adolescentes e jovens à educação, saúde, cultura, esporte, lazer, qualificação profissional e oportunidades de desenvolvimento social.

Estudos produzidos por instituições nacionais e internacionais demonstram que a violência no país possui forte dimensão racial, territorial e geracional, afetando de maneira desproporcional jovens negros residentes em territórios periféricos e socialmente vulnerabilizados. Dados do Atlas da Violência 2025, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apontam que o Brasil registrou 45.747 homicídios em 2023, sendo 47,8% das vítimas jovens entre 15 e 29 anos. O estudo evidencia, ainda, que pessoas negras possuem risco 2,7 vezes maior de serem vítimas de homicídio em comparação à população não negra. Embora tenha sido observada redução aproximada de 20,3% na taxa de homicídios de jovens entre 2013 e 2023 — passando de 60,9 para 48,5 homicídios por 100 mil jovens —, adolescentes e jovens negros seguem concentrando os maiores índices de vitimização letal no país.

As desigualdades sociais e raciais associadas à violência letal também se expressam nas condições de vida da juventude brasileira. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que adolescentes e jovens negros enfrentam maiores índices de evasão escolar, desemprego, informalidade e baixos rendimentos, além de maiores barreiras

de acesso à educação, cultura, esporte, lazer, tecnologia e serviços públicos essenciais. O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ-N), desenvolvido pelo IPEA, reforça esse diagnóstico ao demonstrar que jovens negros residentes em áreas periféricas concentram os maiores níveis de exposição à violência letal e à privação de direitos. O indicador articula dimensões relacionadas à mortalidade, acesso à educação, emprego, renda e desigualdade racial, evidenciando que a vulnerabilidade juvenil decorre de fatores estruturais e multidimensionais.

De acordo com o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2024, 91,1% das vítimas de Mortes Violentas Intencionais (MVI) eram do sexo masculino e 79% eram pessoas negras. Nas ocorrências de mortes decorrentes de intervenções policiais, pessoas negras representaram 82% das vítimas, enquanto pessoas brancas corresponderam a 17,6% (FBSP, 2025). Os dados reafirmam a permanência de padrões históricos de desigualdade racial e seletividade penal que impactam diretamente adolescentes e jovens moradores de territórios periféricos.

Em um contexto de violências relacionadas às políticas de drogas, a interação entre mercados ilícitos de substâncias controladas, dinâmicas de grupos criminosos e medidas estatais de aplicação da lei configura fatores contribuintes para episódios de violência interpessoal e institucional no Brasil. Entre os impactos dessa dinâmica, observam-se o aumento das taxas de encarceramento, o fortalecimento e a expansão de estruturas do crime organizado, a intensificação da estigmatização de populações jovens, negras e residentes em áreas periféricas, a recorrência de violações de direitos e a incidência de exploração de crianças e adolescentes em atividades ilícitas, entre outros efeitos. Se, por um lado, as violências associadas às políticas sobre drogas representam um grave problema para a segurança pública no Brasil, por outro, as ações repressivas voltadas à redução da oferta de drogas ilícitas enfrentam importantes desafios.

Nos últimos anos, diversas pesquisas têm se dedicado à análise dos padrões de aplicação da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, pelo sistema de justiça criminal brasileiro. As evidências científicas produzidas indicam que as ações repressivas têm privilegiado o combate ao comércio varejista de drogas, sobretudo por meio do policiamento ostensivo, em detrimento de estratégias de investigação qualificada, inteligência policial e descapitalização do crime organizado (IPEA, 2023). Nesse contexto, o mercado de drogas ilícitas conforma um conjunto complexo de fluxos econômicos e relações sociais que ultrapassa a figura do pequeno vendedor varejista. A ênfase em ações de controle focalizadas nos segmentos mais vulnerabilizados faz com que o sistema de justiça criminal seja acionado majoritariamente contra jovens pobres e negros, cuja prisão possui impacto limitado sobre a estrutura e a continuidade dos mercados ilícitos (CNJ, 2021).

Apesar do contexto de intensa violência e das elevadas taxas de encarceramento, pesquisas apontam que a atuação no tráfico de drogas pode representar, para parcela da juventude residente em territórios periféricos, uma forma de inserção econômica e reconhecimento social diante da ausência de oportunidades formais de educação, trabalho e proteção social (Galdeano; Almeida, 2018). As juventudes impactadas pelas dinâmicas dos mercados ilícitos

de drogas carecem, portanto, de espaços que promovam o diálogo, a construção de projetos de vida, o fortalecimento comunitário e o acesso a políticas públicas voltadas ao bem-viver, à cidadania e à inclusão social.

Paralelamente, o governo brasileiro tem ampliado os esforços de enfrentamento ao crime organizado e ao tráfico ilícito de drogas por meio do fortalecimento de estratégias integradas de inteligência, cooperação interinstitucional e descapitalização de organizações criminosas. Observa-se a intensificação de operações voltadas à interrupção das cadeias logísticas e financeiras que sustentam mercados ilícitos, especialmente em regiões de fronteira e corredores estratégicos para o tráfico internacional de drogas, armas e crimes ambientais. As ações conduzidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, pela Polícia Federal, pela Polícia Rodoviária Federal e por órgãos de controle financeiro têm buscado priorizar mecanismos de investigação qualificada, rastreamento patrimonial e cooperação internacional no enfrentamento a redes criminosas de alta complexidade.

Entre essas iniciativas, destaca-se a Operação Carbono Zero, considerada uma das principais estratégias recentes de repressão às conexões entre crime organizado, tráfico de drogas e crimes ambientais na região amazônica. A operação articula ações de inteligência e fiscalização destinadas à desestruturação de esquemas ilícitos relacionados ao garimpo ilegal, lavagem de dinheiro, tráfico de armas e financiamento de organizações criminosas que atuam em territórios vulnerabilizados. Ao integrar segurança pública, proteção ambiental e combate ao financiamento ilícito, a iniciativa representa um esforço do Estado brasileiro para ampliar a capacidade de resposta às economias criminosas transnacionais e reduzir os impactos sociais, ambientais e humanitários associados à expansão do crime organizado no país.

Nesse cenário, evidencia-se a necessidade de fortalecimento de políticas públicas intersetoriais voltadas à prevenção da violência, à promoção de direitos e à redução das vulnerabilidades sociais que impactam adolescentes e jovens brasileiros. Como resposta a esse contexto, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), implementou, em 2023, o projeto-piloto do PRONASCI Juventude.

O PRONASCI Juventude tem como objetivo ofertar alternativas às juventudes mais expostas ao aliciamento pelo crime organizado e à morte violenta, por meio de ações de proteção social integral e garantia de direitos destinadas a adolescentes e jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada. As ações incluem acompanhamento interdisciplinar voltado à construção de projetos de vida, oficinas de arte, cultura, esporte e lazer, elevação de escolaridade, formação profissionalizante e auxílio permanência no valor de R$ 500,00 mensais durante 12 meses.

Seu modelo de implementação fundamenta-se nos pilares conceituais do desenvolvimento alternativo como estratégia de redução da oferta de drogas ilícitas, da abordagem interseccional e da metodologia de base comunitária. O projeto conta, ainda, com a parceria

do Ministério da Educação, responsável pelo financiamento de horas-aula do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), executadas por Institutos Federais, Secretarias Estaduais de Educação e parceiros do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O projeto-piloto do PRONASCI Juventude, foi desenvolvido com o objetivo de alcançar 2.000 adolescentes e jovens, iniciou suas ações nos Complexos do Alemão, da Maré, de Manguinhos e da Penha, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), e nos bairros Arenoso, Fazenda Coutos, Liberdade, Nordeste de Amaralina e São Tomé de Paripe, na cidade de Salvador (BA). As práticas desenvolvidas com o projeto-piloto possibilitaram a primeira onda de expansão do projeto, em parceria com os Institutos Federais de Educação, viabilizando sua execução nos estados do Amazonas e Pernambuco, e em cinco regiões administrativas do Distrito Federal.

A experiência com os Institutos de Educação, possibilitou a segunda onda de formalização com vistas a execução em três novos estados, sendo eles: São Paulo, Espírito Santos e Maranhão.

SEÇÃO 01

Introdução, Marcos Normativos, Contextualização, Princípios e Diretrizes



3. MARCOS NORMATIVOS

O Decreto Presidencial n.º 11.436, de 15 de março de 2023, instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania II (PRONASCI II), com lastro na Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, definindo como eixos prioritários do Programa:

- o fomento a políticas de enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres;
- o fomento às políticas de segurança pública, com cidadania e foco em territórios vulneráveis e com altos indicadores de violência;
- o fomento a políticas de cidadania, com ênfase no trabalho e no ensino formal e profissionalizante para pessoas presas e egressas do sistema prisional;
- o apoio às vítimas da criminalidade;
- o combate ao racismo estrutural e aos crimes dele decorrentes.

Para a execução do PRONASCI II, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) identificou 163 territórios prioritários que estão sendo contemplados com ações e políticas públicas integradas, desenvolvidas em parceria com órgãos municipais, estaduais, do governo federal e sociedade civil. Esses territórios concentram 50% das Mortes Violentas Intencionais do país, incluindo vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, feminicídio, mortes decorrentes de intervenção policial e vitimização de policiais (FBSP, 2024).

Com base no marco normativo e nas diretrizes técnicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública no contexto do PRONASCI II, foi desenvolvido, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad/MJSP), o projeto PRONASCI Juventude.
A iniciativa integra o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad), instituído pela Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, que tem por finalidade articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas; e a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONASCI JUVENTUDE - A EXPERIÊNCIA DO PROJETO "TÔ DE BOA"

4.1 A experiência de implementação do projeto "Tô de Boa" - Trabalho Orientado de Desenvolvimento Econômico e Biopsicossocial, baseado na Oferta de Alternativas

O projeto "Tô de Boa — Trabalho Orientado de Desenvolvimento Econômico e Biopsicossocial, baseado na Oferta de Alternativas" — constitui-se numa iniciativa com o objetivo de reduzir o envolvimento de adolescentes e jovens com o narcotráfico e outras dinâmicas associadas à violência urbana. Fundamentado no conceito de desenvolvimento alternativo aplicado a contextos urbanos, o projeto buscou promover alternativas econômicas, sociais e biopsicossociais para populações residentes em territórios marcados pela vulnerabilidade social, pela presença do crime organizado e pela limitação do acesso a direitos.

Sua formulação foi inspirada em experiências brasileiras de prevenção à violência, como o Programa Fica Vivo!, implementado em Minas Gerais, e alinhada às recomendações internacionais da Comissão de Drogas Narcóticas das Nações Unidas (Resolução S-30/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas, UNGASS, 2016), que incentivam a adoção de estratégias de desenvolvimento alternativo voltadas não apenas ao cultivo ilícito, mas também às dinâmicas do narcotráfico urbano.

A implementação piloto do projeto ocorreu no município do Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo como territórios prioritários as comunidades do Chapadão e da Pedreira, localizadas entre os bairros da Pavuna e Costa Barros, na Zona Norte da cidade. O projeto foi direcionado a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, de 14 a 18 anos, do sexo masculino, incluindo jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e acompanhados pela rede socioassistencial.

Sua metodologia baseou-se em escuta comunitária, atuação intersetorial e participação ativa das juventudes na definição das atividades ofertadas. As ações incluíram oficinas de esporte, arte, cultura e qualificação profissional — como audiovisual, produção musical, barbearia, elétrica e manutenção de celulares — além de acompanhamento psicossocial e oferta de auxílio financeiro mensal de R$ 500,00 como estratégia de permanência e fortalecimento de vínculos. Os jovens foram acompanhados durante 10 meses.

O projeto teve como objetivos específicos contribuir para a redução do envolvimento de adolescentes e jovens com a criminalidade e atos infracionais, mitigando fatores de risco associados à violência urbana, à vitimização multifacetada e à letalidade infantojuvenil.

Buscou, ainda, fortalecer as redes de proteção familiar, comunitária e socioassistencial, especialmente para adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto ou acompanhados pela rede de assistência social. A iniciativa também visou ampliar o acesso à educação, fortalecer a relação aluno-escola e promover oportunidades de desenvolvimento pessoal, social, cultural e profissional, por meio de atividades esportivas, culturais, formativas e vinculadas ao mundo do trabalho. Além disso, o projeto procurou estimular a construção de projetos de vida, o reconhecimento das potencialidades juvenis, o fortalecimento da autonomia e da identidade dos participantes, bem como fomentar práticas de mediação de conflitos, convivência comunitária e ampliação do acesso à cidade e aos direitos sociais, incluindo a oferta de bolsa auxílio como estratégia de permanência e fortalecimento de vínculos com as ações desenvolvidas.

Cabe aqui salientar, que o público prioritário do projeto, buscou atender aos seguintes critérios:

1) jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e/ou acompanhados pelos CREAS;

2) jovens com histórico de participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e/ou acompanhados pelos CRAS;

3) jovens inscritos no cadastro único cuja família apresente perfil de extrema pobreza;

4) jovens beneficiários do Cartão Família Carioca.

Com base na experiência de implementação do projeto "Tô de Boa" no município do Rio de Janeiro, foi possível identificar alguns desafios estruturais, institucionais e territoriais que impactaram a execução das ações e a sustentabilidade da iniciativa.

Entre os principais desafios, destacam-se:

1. Interferência de grupos armados nos territórios

A atuação de organizações criminosas nos territórios atendidos interferiu diretamente em etapas estratégicas do projeto, especialmente no processo de mobilização e seleção dos participantes. Houve relatos de tentativas de indicação de adolescentes por grupos armados locais, comprometendo a autonomia técnica da equipe e impondo riscos à segurança institucional e comunitária.

2. Alta complexidade social dos territórios vulnerabilizados

Os contextos marcados pela pobreza, violência armada, racismo estrutural e fragilidade das redes de proteção social exigiram respostas intersetoriais permanentes e acompanhamento contínuo das famílias e dos jovens. A sobreposição de vulnerabilidades dificultou a permanência de alguns participantes nas atividades e demandou atuação psicossocial intensiva.

3. **Desafios relacionados à permanência e ao engajamento juvenil**

A permanência dos adolescentes e jovens nas ações do projeto esteve diretamente associada à oferta de auxílio financeiro, ao fortalecimento de vínculos comunitários e à construção de perspectivas concretas de futuro. A experiência demonstrou que a bolsa auxílio constituiu elemento central para garantir adesão e continuidade dos participantes nas atividades.

4. **Fragilidade das trajetórias escolares e barreiras educacionais**

Muitos jovens participantes apresentavam histórico de evasão escolar, dificuldades de aprendizagem e experiências de violência no ambiente educacional, incluindo episódios de discriminação e bullying. Mesmo com avanços observados ao longo do projeto, a reinserção e permanência escolar continuaram sendo desafios relevantes.

5. **Desafios metodológicos relacionados à abordagem intersetorial**

A implementação evidenciou a necessidade de maior integração entre assistência social, educação, saúde, cultura, esporte e políticas sobre drogas. Também foi identificada a necessidade de ampliar espaços específicos para atividades voltadas ao eixo "Projeto de Vida", incluindo temas como mediação de conflitos, cultura de paz, sexualidade e prevenção ao uso problemático de drogas.

6. **Desigualdades de gênero no acesso às ações**

Embora o projeto tenha sido direcionado prioritariamente a adolescentes do sexo masculino, em razão da maior incidência de envolvimento letal e criminalização desse grupo, observou-se demanda de participação por parte de meninas nos territórios atendidos. Isso evidenciou o desafio de construir estratégias futuras mais inclusivas e sensíveis às especificidades de gênero.

7. **Estigma social associado às juventudes periféricas**

As equipes enfrentaram resistências familiares e comunitárias relacionadas à convivência entre jovens usuários e não usuários de substâncias psicoativas nas mesmas atividades. Tal situação evidenciou a persistência do estigma associado às políticas sobre drogas e os desafios de implementação de abordagens fundamentadas em inclusão social e redução de vulnerabilidades.

Dos resultados da implementação

A experiência permitiu identificar estratégias eficazes para prevenção da violência e redução de vulnerabilidades juvenis, evidenciando a necessidade de integrar geração de renda, suporte psicossocial e fortalecimento comunitário em políticas voltadas às juventudes periféricas.

O projeto-piloto Tô de Boa constituiu uma experiência estratégica para o desenvolvimento das bases metodológicas do PRONASCI Juventude, especialmente ao evidenciar limites, potencialidades e aprendizados relacionados à implementação de políticas públicas de prevenção da violência e enfrentamento ao aliciamento de adolescentes e jovens pelo crime organizado em territórios vulnerabilizados. A partir do processo avaliativo realizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad/MJSP)[1], foram identificados elementos centrais que subsidiaram o aprimoramento metodológico e a estruturação do PRONASCI Juventude como política pública nacional.

Os principais pontos de aprimoramento incorporados ao PRONASCI Juventude:

1. **Ampliação da abordagem intersetorial**

O Tô de Boa demonstrou que ações isoladas possuem impacto limitado em contextos de alta vulnerabilidade social. A experiência evidenciou a necessidade de integração permanente entre assistência social, educação, cultura, esporte, saúde, qualificação profissional e políticas de prevenção às violências. No PRONASCI Juventude, essa articulação tornou-se um eixo estruturante da implementação territorial.

2. **Fortalecimento da metodologia de base comunitária**

A avaliação do projeto identificou que a escuta ativa das juventudes, das famílias e das lideranças locais ampliou o engajamento e a legitimidade das ações. O PRONASCI Juventude incorporou de forma mais sistemática estratégias de participação comunitária, territorialização e construção coletiva das atividades.

3. **Centralidade da construção de projetos de vida**

A experiência revelou que adolescentes e jovens demandavam espaços permanentes de escuta, pertencimento e fortalecimento subjetivo. O PRONASCI Juventude passou a incorporar o acompanhamento interdisciplinar e a construção de projetos de vida como eixo metodológico estruturante das ações de prevenção.

4. **Integração entre desenvolvimento alternativo e proteção social**

O Tô de Boa consolidou a compreensão de que políticas de prevenção ao aliciamento juvenil precisam ofertar alternativas econômicas concretas, associadas à proteção social integral. A partir disso, o PRONASCI Juventude ampliou os componentes de qualificação profissional, elevação de escolaridade e inclusão produtiva.

[1] Em parceria com o PNUD, foram contratados 4 consultores que realizaram a avaliação do "Tô de Boa", resultado pode ser lido em: TÔ DE BOA - CAMINHOS PARA UMA POLÍTICA SOBRE DROGAS COM JUSTIÇA RACIAL, disponível em: , acesso em 10 de maio de 2026.

5. Aprimoramento do monitoramento e avaliação

A ausência de dados sistematizados e indicadores consolidados no Tô de Boa evidenciou a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de monitoramento, avaliação e produção de evidências. O PRONASCI Juventude passou a incorporar instrumentos mais estruturados de acompanhamento de metas, indicadores territoriais e avaliação de impacto.

6. Ampliação da perspectiva interseccional

A experiência do Tô de Boa evidenciou que raça, gênero, território e classe social produzem impactos diferenciados sobre as trajetórias juvenis. O PRONASCI Juventude passou a adotar de forma mais explícita uma abordagem interseccional voltada ao enfrentamento das desigualdades sociorraciais agravadas.

De maneira sucinta, apresentamos o quadro abaixo, para demonstrar as diferenças metodológicas entre as experiências "Tô de boa" e PRONASCI Juventude.

DIMENSÃO	PROJETO TÔ DE BOA	PRONASCI JUVENTUDE
Objetivo central	Reduzir o envolvimento de jovens com o narcotráfico por meio da oferta de alternativas econômicas e biopsicossociais	Prevenir a violência e a criminalidade associadas aos mercados ilegais de drogas.
Abrangência territorial	Projeto piloto localizado em territórios específicos do Rio de Janeiro	Política pública de implementação nacional em territórios prioritários
Público prioritário	Jovens em situação de vulnerabilidade social expostos ao tráfico de drogas	Adolescentes e jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada, com diferentes identidades de gênero
Metodologia	Oficinas profissionalizantes, atividades culturais, esportivas e suporte psicossocial	Metodologia comunitária integrada com acompanhamento interdisciplinar e construção de projetos de vida, consolidadas em uma trajetória com oficinas livres e comunitárias
Base conceitual	Desenvolvimento alternativo urbano e prevenção social da violência	Desenvolvimento alternativo, interseccionalidade e proteção social integral, enfrentamento racismo estrutural, inclusão social e prevenção as violências.
Participação comunitária	Participação territorial como estratégia metodológica	Participação comunitária estruturada como diretriz central

DIMENSÃO	PROJETO TÔ DE BOA	PRONASCI JUVENTUDE
Proteção social	Ações focalizadas de apoio e permanência	Articulação intersetorial ampla com rede de proteção social
Qualificação profissional	Oficinas práticas e formação inicial	Formação profissional integrada ao PRONATEC e à elevação de escolaridade
Auxílio financeiro	Bolsa auxílio para permanência dos jovens	Auxílio permanência associado ao acompanhamento interdisciplinar
Monitoramento e avaliação	Avaliação piloto com limitações de sistematização de dados	Estruturação de mecanismos de monitoramento e avaliação contínua
Legado institucional	Experiência piloto inovadora	Consolidação como política pública nacional, aparada por estratégias nacionais

Considerando o exposto, deste ponto em diante será possível compreender as bases que formulam a implementação do PRONASCI Juventude. A seguir, serão apresentados os princípios e diretrizes, e na segunda seção, as bases que possibilitam a nacionalização para a implementação do PRONASCI Juventude, as portas de entrada, estratégias de mobilização e seleção dos participantes e do monitoramento e avaliação.

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONASCI JUVENTUDE OBJETIVOS

O PRONASCI Juventude fundamenta-se em uma abordagem comunitária, intersetorial e centrada na garantia de direitos, orientada para a prevenção das violências e das dinâmicas de vulnerabilização que afetam adolescentes e jovens residentes em territórios periféricos marcados por vulnerabilidades sociorraciais agravadas, elevados índices de violência letal e pelas dinâmicas de violência associadas ao mercado das drogas e à presença do crime organizado.

A implementação do projeto parte do reconhecimento de que os fatores associados à exposição de adolescentes e jovens às violências e aos mercados ilegais de drogas possuem caráter multidimensional e estrutural, exigindo respostas integradas, territorializadas e articuladas entre políticas públicas, serviços e atores comunitários.

Nesse sentido, o PRONASCI Juventude adota como princípio orientador a centralidade da proteção social e da promoção da cidadania, priorizando estratégias voltadas ao fortalecimento de vínculos sociais, à ampliação do acesso a direitos e oportunidades e ao fortalecimento das capacidades individuais e coletivas das juventudes e dos territórios.

A implementação das ações deverá observar a escuta qualificada das comunidades e dos públicos atendidos, reconhecendo adolescentes e jovens como sujeitos de direitos e protagonistas na construção de seus projetos de vida. As estratégias metodológicas deverão considerar as especificidades territoriais, culturais, raciais, de gênero e geracionais, promovendo abordagens interseccionais capazes de enfrentar desigualdades históricas e reduzir barreiras de acesso às políticas públicas.

O programa orienta-se, ainda, pelos princípios da intersetorialidade, da integralidade do cuidado e da atuação multidisciplinar, promovendo articulação entre as políticas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, qualificação profissional, segurança pública e acesso à justiça, com atenção às famílias e às redes comunitárias de proteção social.

Como diretriz metodológica, o PRONASCI Juventude prioriza estratégias de baixa exigência, redução de riscos e danos sociais e adaptação contínua das ações às dinâmicas e necessidades dos territórios. Também reconhece a importância da formação continuada e da supervisão técnica das equipes territoriais como elementos essenciais para a qualificação das ações e para a sustentabilidade da implementação.

O enfrentamento ao racismo estrutural, às desigualdades sociorraciais, às violências institucionais e às múltiplas formas de discriminação constitui eixo transversal da implementação do programa, orientando práticas comprometidas com a equidade, a inclusão social e a promoção dos direitos humanos.

Por fim, o PRONASCI Juventude estrutura-se a partir de um modelo de governança coordenado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP), em articulação com entes federativos, políticas setoriais, organizações da sociedade civil e atores territoriais, visando fortalecer respostas integradas e sustentáveis para a prevenção da violência e a promoção do desenvolvimento social comunitário.

6. OBJETIVOS

6.1 Objetivos Geral

O PRONASCI Juventude tem como objetivo geral promover a prevenção das violências e da criminalidade associadas aos mercados ilegais de drogas por meio da implementação de estratégias integradas de proteção social, garantia de direitos e fortalecimento comunitário, voltadas a adolescentes e jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada, residentes em territórios periféricos impactados por elevados índices de violência letal.

6.2 Objetivos Específicos

- Fortalecer o acesso de adolescentes e jovens às redes de proteção social e às políticas públicas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, trabalho e acesso à justiça;

- Promover oportunidades de desenvolvimento humano, social e comunitário por meio da ampliação do acesso a conhecimentos, experiências formativas e vivências voltadas ao fortalecimento dos capitais cultural, social e econômico das juventudes participantes;

- Incentivar a permanência escolar, a elevação da escolaridade e a qualificação profissional de adolescentes e jovens, contribuindo para processos de inclusão socioprodutiva e ampliação de perspectivas de futuro;

- Fomentar o fortalecimento da autoestima, da autonomia, da participação social e da construção de projetos de vida de adolescentes e jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e protagonistas de suas trajetórias;

- Promover práticas de mediação de conflitos, justiça restaurativa e cultura de paz, contribuindo para a prevenção das violências nos territórios;

- Contribuir para o enfrentamento do racismo estrutural, das desigualdades sociorraciais e das violências institucionais, por meio da promoção da equidade, da garantia de direitos e do fortalecimento das subjetividades e identidades juvenis;

- Fortalecer redes comunitárias e estratégias territoriais de proteção social, participação cidadã e desenvolvimento local, considerando os fatores estruturais associados à pobreza, às desigualdades e às dinâmicas relacionadas aos mercados ilegais de drogas;

- Promover articulação intersetorial e governança integrada entre políticas públicas, serviços, organizações da sociedade civil e atores territoriais, visando ampliar a efetividade e a sustentabilidade das ações desenvolvidas pelo projeto.

SEÇÃO 02

Meios de Implementação da Política, Conceitos Norteadores, As Fases de Implementação e do Monitoramento e Avaliação



Como vimos anteriormente a implementação do projeto PRONASCI Juventude, buscou referência em outras experiências de políticas públicas exitosas. A partir dessas experiências, a Senad/MJSP, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, estabeleceu o projeto-piloto do PRONASCI Juventude com vistas a sua implementação nos municípios do Rio de Janeiro e Salvador. A escolha dos municípios considerou, a priorização por parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que elencou os 163 municípios prioritários para a implementação do PRONASCI 2 (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania). Considerando os municípios que juntos concentram 50% das mortes violentas intencionais do país.

Os municípios do Rio de Janeiro e de Salvador foram definidos como prioritários para a implementação do PRONASCI 2 em razão da elevada concentração de indicadores de violência letal, letalidade policial e vitimização da juventude negra. De acordo com o documento Indicadores para subsidiar a focalização do Pronasci 2[2], Salvador registrou, em 2021, 1.614 vítimas de Mortes Violentas Intencionais (MVI), correspondendo a 3,4% de todas as MVI do país, com taxa de 55,6 mortes por 100 mil habitantes — índice significativamente superior à média nacional de 22,3 por 100 mil habitantes. Além disso, o município registrou 300 mortes decorrentes de intervenções policiais, 14 feminicídios e 90,2% das vítimas de homicídio eram pessoas negras.

No caso do município do Rio de Janeiro, o relatório aponta a ocorrência de 1.304 vítimas de Mortes Violentas Intencionais em 2021, representando 2,7% do total nacional, com taxa de 19,2 mortes por 100 mil habitantes. Embora a taxa geral esteja abaixo da média observada em outras capitais prioritárias, o município concentrou 458 mortes decorrentes de intervenções policiais — um dos maiores números absolutos do país — além de 25 feminicídios registrados no período. O documento evidencia, ainda, que 78,5% das vítimas de homicídio eram pessoas negras, reforçando a centralidade da desigualdade racial nas dinâmicas de violência letal da cidade.

Os dados apresentados pelo relatório demonstram que tanto Salvador quanto o Rio de Janeiro concentram elevados índices de violência armada, letalidade policial e vitimização juvenil negra, especialmente em territórios periféricos marcados pela presença do crime

[2] O documento "Indicadores para subsidiar a focalização do PRONASCI 2", foi elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Acessar em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1tltH4bm-D0V86eNFCdE3e9ePJpc-tDTN, acesso em 10 de maio de 2026

organizado e pelas disputas associadas ao tráfico de drogas. O documento destaca que os 163 municípios prioritários do PRONASCI 2 concentram 50% de todas as Mortes Violentas Intencionais registradas no Brasil, 66% das mortes decorrentes de intervenções policiais e possuem percentual médio de 82% de vítimas negras entre os homicídios analisados. Nesse contexto, a priorização dessas cidades fundamenta-se na necessidade de articular políticas de segurança pública cidadã, prevenção social da violência, justiça racial e fortalecimento das redes de proteção social voltadas à juventude vulnerabilizada.

7. PRONASCI JUVENTUDE NO RIO DE JANEIRO E SALVADOR – PROJETO-PILOTO

A parceria entre Senad/MJSP e FIOCRUZ, focalizou esforços para a implementar o projeto nas seguintes localidades do Rio de Janeiro (RJ) - Complexo da Maré, Complexo do Alemão, Complexo da Penha e Manguinhos - e em Salvador (BA) nos bairros do Arenoso, Fazenda Coutos, Liberdade, Nordeste de Amaralina e Paripe. O projeto piloto, compreendeu o alcance de 2000 jovens (1000 jovens para cada município, com 200 jovens por polo), na perspectiva de ofertar: o acompanhamento multidisciplinar; a Elevação de escolaridade (PRONATEC), a realização de Oficinas comunitárias (arte, esporte, cultura, lazer) e a concessão de auxílio permanência no valor de R$ 500, 00, por jovem, por 12 meses. E ainda, possibilitar o fortalecimento da rede local na realização de formação de profissionais locais em conceitos e práticas de políticas sobre drogas.

A implementação do projeto, considerou e ampliou, os critérios prioritários de participação de adolescentes e jovens que apresentem uma ou mais das seguintes situações de vulnerabilidade social, racial, territorial e de violação de direitos:

- uso problemático de álcool e outras drogas;
- histórico de trabalho infantil associado a dinâmicas do crime organizado;
- trajetória de cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto;
- trajetória escolar fragmentada, distorção idade-série ou situação de evasão escolar;
- identidade de gênero trans e/ou pertencimento à população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade;
- condição de vítima de crimes violentos;
- familiares egressos do sistema prisional ou vítimas de mortes violentas;
- histórico de violência doméstica, violência sexual ou outras formas de violência interpessoal;

- gravidez na adolescência;
- moradia precária, insegurança habitacional ou situação de rua;
- condição de pessoa com deficiência;
- residência em territórios com elevados índices de violência letal e presença de organizações criminosas;
- fragilidade ou rompimento de vínculos familiares e comunitários;
- baixa inserção em políticas públicas de educação, cultura, esporte, lazer e qualificação profissional.

O projeto piloto está em implementação desde janeiro de 2024. O primeiro ano do projeto dedicou-se a fundar as bases metodológicas, estabelecer os indicadores de monitoramento e avaliação, contratação e formação das equipes regionais e territoriais, seguido das articulações territoriais. As ações de implementação do PRONASCI Juventude nos municípios do Rio de Janeiro e Salvador foram estruturadas a partir de uma metodologia territorializada, participativa e baseada na construção de vínculos com as comunidades prioritárias do projeto.

As atividades de mobilização iniciadas em 2024 tiveram como objetivo principal promover a aproximação entre as equipes do projeto, adolescentes e jovens, organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias e serviços públicos locais, possibilitando a construção de um diagnóstico territorial voltado à identificação das trajetórias de vida, das redes de proteção social e dos interesses das juventudes atendidas. Nesse processo, o instrumento do mapa afetivo[3] foi utilizado como estratégia de escuta qualificada e imersão territorial, permitindo compreender as dinâmicas sociais, culturais e afetivas presentes nos territórios contemplados pelo projeto.

No município do Rio de Janeiro, as ações ocorreram nos Complexos do Alemão, da Penha, da Maré e de Manguinhos, territórios marcados por elevados índices de vulnerabilidade social e violência letal. As equipes realizaram mapeamentos territoriais, rodas de conversa, reuniões

[3] No âmbito do PRONASCI Juventude, o mapa afetivo é uma ferramenta metodológica de imersão territorial que possibilita compreender os territórios a partir das vivências, percepções, sentimentos e relações construídas pelos próprios sujeitos que os habitam. Trata-se de um instrumento que articula dimensões sociais, culturais, subjetivas e territoriais, permitindo identificar trajetórias de vida, redes de proteção social, espaços de pertencimento, interesses, potencialidades, medos, demandas e formas de organização comunitária presentes no cotidiano de adolescentes e jovens. Compreendido como uma estratégia de escuta qualificada e de cartografia social, o mapa afetivo contribui para o reconhecimento das dinâmicas comunitárias e para a construção de ações territorializadas e alinhadas às realidades locais. No PRONASCI Juventude, sua utilização foi fundamental para orientar processos de mobilização, fortalecer vínculos com organizações sociais e lideranças comunitárias, identificar espaços de referência para as juventudes e subsidiar a implementação de ações de proteção social, promoção de direitos e prevenção das violências nos territórios acompanhados pelo projeto.

- gravidez na adolescência;
- moradia precária, insegurança habitacional ou situação de rua;
- condição de pessoa com deficiência;
- residência em territórios com elevados índices de violência letal e presença de organizações criminosas;
- fragilidade ou rompimento de vínculos familiares e comunitários;
- baixa inserção em políticas públicas de educação, cultura, esporte, lazer e qualificação profissional.

O projeto piloto está em implementação desde janeiro de 2024. O primeiro ano do projeto dedicou-se a fundar as bases metodológicas, estabelecer os indicadores de monitoramento e avaliação, contratação e formação das equipes regionais e territoriais, seguido das articulações territoriais. As ações de implementação do PRONASCI Juventude nos municípios do Rio de Janeiro e Salvador foram estruturadas a partir de uma metodologia territorializada, participativa e baseada na construção de vínculos com as comunidades prioritárias do projeto.



Chegada do Pronasci Juventude em Salvador (19.08.2024)



Chegada do Pronasci Juventude no Rio de Janeiro (13.08.2024)

As atividades de mobilização iniciadas em 2024 tiveram como objetivo principal promover a aproximação entre as equipes do projeto, adolescentes e jovens, organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias e serviços públicos locais, possibilitando a construção de um diagnóstico territorial voltado à identificação das trajetórias de vida, das redes de proteção social e dos interesses das juventudes atendidas. Nesse processo, o instrumento do mapa afetivo[3] foi utilizado como estratégia de escuta qualificada e imersão territorial, permitindo compreender as dinâmicas sociais, culturais e afetivas presentes nos territórios contemplados pelo projeto.

No município do Rio de Janeiro, as ações ocorreram nos Complexos do Alemão, da Penha, da Maré e de Manguinhos, territórios marcados por elevados índices de vulnerabilidade social e violência letal. As equipes realizaram mapeamentos territoriais, rodas de conversa, reuniões comunitárias e articulações institucionais com atores estratégicos locais, incluindo organizações sociais, associações de moradores, coletivos culturais, equipamentos públicos e lideranças comunitárias. Também foram estabelecidas parcerias com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), CAPS, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselhos Tutelares, Defensoria Pública e outras instituições públicas, fortalecendo a construção de uma rede intersetorial de proteção social voltada às juventudes.



Assinatura do Termo de Cessão de uso CRAS Carlos Drummond de Andrade (24.03.2025)

As atividades de mobilização permitiram identificar interesses prioritários dos adolescentes e jovens relacionados à arte-educação, cultura, comunicação, esporte, lazer, qualificação profissional e fortalecimento de projetos de vida. Os encontros comunitários e o "Encontro Jovem" constituíram espaços estratégicos de escuta, pré-inscrição assistida e aproximação com o público prioritário, contribuindo para a construção de ações alinhadas às realidades locais e às expectativas das juventudes. Além disso, os processos de mobilização reafirmaram a importância das práticas culturais, esportivas e comunicacionais desenvolvidas nos territórios como instrumentos de prevenção das violências, fortalecimento da autoestima e ampliação das perspectivas de futuro dos jovens.

O diálogo com organizações da sociedade civil foi um elemento central para a consolidação do PRONASCI Juventude nos territórios. O mapeamento realizado identificou dezenas de organizações comunitárias com atuação histórica nas áreas de cultura, esporte, educação, comunicação popular, direitos humanos, proteção social e desenvolvimento comunitário. No Complexo do Alemão, por exemplo, foram identificadas 21 organizações sociais, entre elas o EDUCAP, Voz das Comunidades, Coletivo Papo Reto, Circo Crescer e Viver, Projeto Na Ponta dos Pés e Instituto Raízes em Movimento. Na Maré, foram mapeadas 36 organizações, incluindo Redes da Maré, Observatório das Favelas, Museu da Maré, Luta pela Paz e diversas iniciativas comunitárias voltadas à juventude, cultura, saúde mental e defesa de direitos.

Em Salvador, o processo de implementação ocorreu nos bairros Arenoso, Fazenda Coutos, Liberdade, Nordeste de Amaralina e São Tomé de Paripe, seguindo metodologia semelhante de mobilização territorial, escuta comunitária e fortalecimento de redes locais. As atividades realizadas buscaram compreender os interesses dos adolescentes e jovens, identificar equipamentos e lideranças de referência e construir estratégias de aproximação com o público prioritário do projeto. O diálogo com organizações comunitárias e coletivos locais possibilitou reconhecer iniciativas já consolidadas nos territórios, ampliando a capacidade de articulação comunitária e fortalecendo a legitimidade do projeto junto às juventudes e às redes de proteção social.



Articulação de Rede no Nordeste Eu Sou (17.10.2024)

Nesse contexto, a contratação de organizações da sociedade civil como polos territoriais do PRONASCI Juventude revelou-se estratégica para a implementação e consolidação do projeto tanto no Rio de Janeiro quanto em Salvador. As organizações selecionadas possuem reconhecimento comunitário, experiência acumulada na atuação com juventudes e forte vínculo territorial, elementos considerados fundamentais para garantir a mobilização do público prioritário, o desenvolvimento das atividades e o fortalecimento da rede de proteção social nos territórios. A parceria com essas organizações possibilitou maior capilaridade das ações, fortalecimento das estratégias de busca ativa, ampliação do diálogo comunitário e construção de processos de implementação mais alinhados às especificidades locais e às necessidades concretas das juventudes atendidas. O ingresso dos jovens no projeto, ocorreu de maneira parcial, em junho de 2025, a primeira turma de jovens aderidos ao PRONASCI Juventude teve início no Rio de Janeiro, contemplando 516 jovens e adolescentes. E em julho do mesmo ano as atividades tiveram início no município de Salvador contemplando 250 jovens e adolescentes. Entre outubro e novembro de 2025, foram aderidos 484 jovens no Rio de Janeiro e 750 jovens em Salvador.[4]

Atualmente, os jovens aderidos no primeiro ciclo, estão nas aulas dos cursos PRONATEC. Em

[4] O primeiro plano de trabalho firmado entre a Senad/MJSP e a Fiocruz, havia a previsão de 1500 jovens que seriam atendidos no Rio de Janeiro e 500 jovens e adolescentes em Salvador. Entretanto, durante o processo de mapeamento e escutas territoriais e atividades de pré-inscrição, Salvador apresentou uma demanda superior ao previsto, e assim, foi realizado o Termo aditivo ao TED inicial, com vistas a equiparação das vagas – 1000 vagas para o Rio de Janeiro e 1000 vagas para Salvador.

[5] Até o momento do fechamento desse relatório os dados qualitativos e quantitativos estão em processamento, com previsão de apresentação no 3º. Encontro Técnico do PRONASCI Juventude com previsão de realização em junho de 2026, em Brasília/DF.

junho de 2026 a primeira turma concluirá seu ciclo de acompanhamento – 12 meses – no PRONASCI Juventude. E importante salientar, que dados preliminares apresentados pela equipe nacional de gestão do PRONASCI Juventude, indicam que a taxa de evasão[1] dos jovens é menor que 10%, somados os dados dos dois municípios. Adicionalmente, a descontinuidade da participação dos jovens encontra motivos diversos, tais como: inserção no mercado de trabalho, descolamento do local de moradia, entre outros.

A partir da experiência de implementação do projeto junto a FIOCRUZ, foi possível a consolidação do Plano de Nacionalização do projeto Pronasci Juventude. Atualmente, o PRONASCI Juventude está em desenvolvimento nos seguintes locais:

> *Recife (PE), Cabo de Santo Agostinho (PE), Manaus (AM), Tabatinga (AM), Iranduba (AM), Manacapuru (AM), bem como as Regiões Administrativas do Distrito Federal — Sol Nascente, Sobradinho, São Sebastião, Ceilândia e Estrutural. No Espírito Santo, a atuação será focada nos municípios que compõem a região metropolitana da Grande Vitória, sendo eles: Vitória, Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha. No estado do Maranho nas cidades de: Balsas, Caxias, Imperatriz, Santa Inês, São José de Ribamar, São Luís e Timon. No estado de São Paulo, nas cidades de: São Paulo (capital), Poá, Cotia, Ribeirão Preto, Santos, Guarujá, Araraquara, Itaquaquecetuba e Guarulhos.*

8. DA EXPERIÊNCIA COM OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia constituem uma das principais redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica do Brasil. Criados pela Lei nº 11.892/2008, integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e têm como missão promover educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade, articulando ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento territorial.



Pronasci Juventude no IFAM



Pronasci Juventude no IFPE

Os Institutos Federais destacam-se pela ampla capilaridade territorial e pela presença estratégica em regiões historicamente marcadas por desigualdades sociais e baixo acesso à educação pública. Atualmente, a Rede Federal conta com mais de 680 unidades distribuídas em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, alcançando cidades do interior, periferias urbanas, regiões de fronteira, territórios amazônicos, comunidades rurais e áreas de maior vulnerabilidade social. Essa estrutura consolidou-se como uma das mais importantes políticas públicas de interiorização da educação no país.

Sua proposta pedagógica baseia-se na integração entre formação acadêmica, qualificação profissional, inovação tecnológica e desenvolvimento social. As instituições ofertam cursos técnicos, graduação, pós-graduação, formação inicial e continuada (FIC), além de programas voltados à educação de jovens e adultos. A atuação dos Institutos Federais também dialoga diretamente com as demandas dos territórios, contribuindo para a inclusão produtiva, o fortalecimento das economias locais e a ampliação das oportunidades para populações vulnerabilizadas.

No contexto das políticas públicas voltadas às juventudes, a capilaridade dos Institutos Federais possui importância estratégica. Sua presença nos territórios possibilita o desenvolvimento de ações integradas de qualificação profissional, elevação da escolaridade, inclusão digital, inovação social e fortalecimento de projetos de vida para adolescentes e jovens. Em iniciativas como o PRONASCI Juventude, os Institutos Federais desempenham papel fundamental na oferta de cursos profissionalizantes por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ampliando o acesso de jovens em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada a oportunidades concretas de formação e inclusão socioprodutiva.

Além da dimensão educacional, os Institutos Federais exercem importante papel social e comunitário, atuando como espaços de promoção da cidadania, democratização do conhecimento e fortalecimento das políticas públicas nos territórios. Nesse sentido, a parceria entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possui caráter estratégico para a implementação do PRONASCI Juventude, especialmente pela capacidade de integrar políticas de segurança pública, educação, inclusão social e desenvolvimento territorial.

A atuação conjunta permite ampliar o acesso de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada a oportunidades de formação educacional e qualificação profissional, fortalecendo trajetórias de proteção social e construção de projetos de vida. A ampla presença dos Institutos Federais em capitais, periferias urbanas, cidades do interior e territórios historicamente vulnerabilizados favorece a implementação territorializada do PRONASCI Juventude, permitindo que as ações do projeto alcancem regiões com elevados índices de violência letal, vulnerabilidade juvenil e presença do crime organizado.

Essa cooperação amplia as possibilidades de inserção socioprodutiva dos adolescentes e jovens atendidos, promovendo acesso à formação técnica, inclusão digital, desenvolvimento de habilidades profissionais e fortalecimento da autonomia econômica. A qualificação profissional, nesse contexto, é compreendida não apenas como estratégia de empregabilidade, mas também como instrumento de prevenção das violências, promoção da cidadania e ampliação das oportunidades de participação social. Para consolidar a parceria com os Institutos Federais, a Senad/MJSP, estabeleceu Termo de Execução Descentralizada – TEDs, com Planos de Trabalho padronizados, objetivando a implementação do projeto. Os primeiros TEDs formalizados foram com: Instituto Federal do Amazonas, Instituto Federal de Pernambuco e Instituto Federal de Brasília, estas formalizações ocorreram no ano de 2024.

Abaixo, um resumo dos Plano de Trabalho estabelecidos com os Institutos Federais, supramencionados:

META	ETAPA	PRINCIPAIS ATIVIDADES	PRODUTOS ESPERADOS
Meta 1 – Gestão Administrativa e Financeira do Projeto	**Etapa 1 – Contratação da Fundação de Apoio**	Contratação de fundação de apoio para prestação de serviços administrativos e financeiros; abertura de processo; elaboração, análise jurídica e formalização dos instrumentos necessários.	Contrato firmado para apoio administrativo e financeiro à execução do projeto.
Meta 1 – Gestão Administrativa e Financeira do Projeto	**Etapa 2 – Designação da Coordenação Sistêmica**	Indicação e designação de coordenador geral, coordenador adjunto e coordenador financeiro.	Portarias de designação da coordenação sistêmica.
Meta 1 – Gestão Administrativa e Financeira do Projeto	**Etapa 3 – Seleção da Equipe Sistêmica**	Elaboração de edital público; seleção e contratação de bolsistas para monitoramento, apoio pedagógico e administrativo.	Equipe sistêmica selecionada para atuação no projeto.

META	ETAPA	PRINCIPAIS ATIVIDADES	PRODUTOS ESPERADOS
Meta 2 – Implementação do PRONASCI Juventude nos Territórios Prioritários	**Etapa 1 – Coordenação Local**	Designação de coordenadores locais para atuação nos territórios contemplados pelo projeto.	Portarias de designação dos coordenadores locais.
Meta 2 – Implementação do PRONASCI Juventude nos Territórios Prioritários	**Etapa 2 – Plano de Territorialização**	Mapeamento de homicídios, crime organizado, vulnerabilidade juvenil, abandono escolar, uso de álcool e outras drogas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.	Plano de territorialização do projeto.
Meta 2 – Implementação do PRONASCI Juventude nos Territórios Prioritários	**Etapa 3 – Formação das Equipes Locais**	Elaboração de edital público; seleção e contratação de equipes com prioridade para profissionais vinculados aos territórios atendidos.	Equipes locais selecionadas para atuação no projeto.
Meta 2 – Implementação do PRONASCI Juventude nos Territórios Prioritários	**Etapa 4 – Monitoramento do Projeto**	Construção de indicadores, instrumentos de gestão da informação e realização de encontros formativos.	Manual de monitoramento e relatório do encontro formativo.
Meta 2 – Implementação do PRONASCI Juventude nos Territórios Prioritários	**Etapa 5 – Escuta e Participação Social**	Mapeamento de lideranças comunitárias; visitas institucionais; escutas participativas; adequação da proposta de intervenção territorial.	Relatório analítico territorial e plano de ação participativo.

META	ETAPA	PRINCIPAIS ATIVIDADES	PRODUTOS ESPERADOS
Meta 2 – Implementação do PRONASCI Juventude nos Territórios Prioritários	**Etapa 6 – Planejamento das Oficinas e do Acompanhamento Multidisciplinar**	Mapeamento de organizações locais; articulação com a rede de proteção social; aquisição de materiais e equipamentos; definição de fluxos de encaminhamento e atendimento.	Plano pedagógico das oficinas; relatório de articulação da rede; aquisição de equipamentos tecnológicos.
Meta 2 – Implementação do PRONASCI Juventude nos Territórios Prioritários	**Etapa 7 – Seleção dos Jovens Beneficiários**	Estratégias de inscrição; comunicação comunitária; busca ativa; seleção e cadastramento de adolescentes e jovens para recebimento de bolsas.	Cadastro e seleção dos jovens beneficiários.
Meta 2 – Implementação do PRONASCI Juventude nos Territórios Prioritários	**Etapa 8 – Acompanhamento Multidisciplinar**	Acompanhamento psicossocial; incentivo à participação nas atividades do projeto e nos cursos de qualificação profissional; monitoramento do desenvolvimento dos jovens.	Relatório técnico quantitativo e qualitativo do acompanhamento multidisciplinar.
Meta 2 – Implementação do PRONASCI Juventude nos Territórios Prioritários	**Etapa 9 – Avaliação da Implementação**	Compilação, sistematização e análise dos dados do projeto.	Relatório analítico de implementação do PRONASCI Juventude.

Observa-se que o plano de trabalho estabelece a cooperação entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para a implementação territorializada do PRONASCI Juventude, articulando gestão administrativa, mobilização comunitária, qualificação profissional, acompanhamento multidisciplinar.

Atualmente, o Plano de Nacionalização junto aos Institutos Federais ganhou capilaridade ainda maior, em dezembro de 2025, foram firmados novos TEDs com os seguintes Institutos: Instituto Federal do Maranhã0 – 800 jovens que serão beneficiados - Instituto Federal de São Paulo – 1000 jovens beneficiados e Instituto Federal do Espírito Santo – 500 jovens beneficiados. Nesse momento estes TEDs estão em fase de seleção de equipes, estima-se que a fase de atendimento aos jovens tenha início no primeiro semestre de 2027.

9. RESUMO DAS FASES DA NACIONALIZAÇÃO

Considerando a leitura dos TEDs e seus planos de trabalho, e possível resumir que a implementação do PRONASCI Juventude junto aos Institutos federais, dar-se-á em duas fases, demonstradas no quadro a seguir:



A primeira fase, concentra os esforços de formalização, seleção e contratação das equipes de coordenação regional e territoriais, seguida de capacitação para as equipes, mapeamento e territorialização e processo de divulgação e seleção dos jovens e adolescentes.



Já a segunda fase, destina-se ao percurso formativo dos jovens, que compreende três ciclos: a entrada no projeto com a criação de vínculos através da realização de oficinas livres de arte, cultura, educação, esportes e lazer, concomitante ao acompanhamento multidisciplinar que é realizado pelas equipes territoriais.[7]

No segundo ciclo, espera-se a inclusão dos jovens e adolescentes nos cursos PRONATEC e/ou FIC[8], e a continuidade do atendimento multidisciplinar. A definição dos cursos profissionalizantes inicia o terceiro ciclo com foco na inclusão socioprodutiva. Este último ciclo prevê a inclusão dos jovens e adolescentes em oportunidades que envolvem o mundo do trabalho formal e em ações voltada para o empreendedorismo.

10. CONCEITOS NORTEADORES

O PRONASCI Juventude é orientado por referenciais conceituais, éticos e metodológicos que fundamentam sua atuação na prevenção das violências, na promoção da cidadania e na garantia de direitos de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade agravada. Esses conceitos partem de uma compreensão ampliada da segurança pública, baseada na centralidade dos direitos humanos, na valorização das juventudes, no fortalecimento comunitário e na construção de respostas intersetoriais às desigualdades sociais, raciais e territoriais presentes nos territórios prioritários do projeto.

Nesse contexto, o PRONASCI Juventude adota abordagens como segurança cidadã, desenvolvimento alternativo sustentável, redução de riscos e danos sociais[BF1] , interseccionalidade, atenção integral e territorialidade como fundamentos para a implementação de ações integradas de proteção social e prevenção das violências. Esses referenciais orientam a atuação das equipes multiprofissionais, a articulação das políticas públicas e o fortalecimento das redes comunitárias, reconhecendo adolescentes e jovens como sujeitos de direitos e protagonistas na construção de seus projetos de vida.
Abaixo serão apresentados de forma suscinta, a definição dos conceitos norteadores, que buscam articular diversos saberes e campos do conhecimento utilizados na implementação do projeto.

10.1 Segurança Cidadã

De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2009), o conceito de segurança cidadã surgiu na América Latina no contexto das transições democráticas, com o objetivo de diferenciar a natureza da segurança na democracia em relação aos regimes autoritários. Daí deriva a forte vinculação entre segurança das pessoas e convivência democrática que caracteriza este enfoque.

[7] No decorrer das próximas páginas será possível compreender o que se espera das oficinas e do atendimento promovido pelas equipes.
[8] Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), são ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. São cursos de curta duração voltados à qualificação profissional, atualização de conhecimentos e desenvolvimento de competências para inserção ou permanência no mundo do trabalho.

A segurança cidadã tem como foco a construção de maiores níveis de cidadania democrática, situando as pessoas e grupos sociais como objetivos centrais das políticas públicas. Nessa perspectiva, a cidadania deve ser o principal objeto da proteção estatal, a diferença do conceito de segurança nacional que é voltado para a proteção do Estado. Esta abordagem prioriza o desenvolvimento de políticas de prevenção da violência e controle dos fatores que geram insegurança, frente a ações exclusivamente repressivas.

Outro elemento que caracteriza este enfoque é a centralidade dos direitos humanos. As políticas orientadas pelo conceito de segurança cidadã visam garantir condições para que as pessoas possam exercer livremente seus direitos fundamentais e que as instituições públicas sejam capazes de responder de forma efetiva em casos de vulnerabilização ou de violações de direitos. Portanto, as ações de prevenção da violência e controle de dinâmicas criminais devem ser exercidas com respeito irrestrito aos direitos humanos. Assim, as políticas voltadas para a redução dos índices de violência e criminalidade devem ser diretamente articuladas à proteção e garantia de direitos.

Por fim, cabe destacar a relevância da participação social no processo de construção das políticas. Além do envolvimento de atores públicos, também é priorizada a participação da sociedade civil na formulação, monitoramento e controle social das políticas de segurança.

10.2 Desenvolvimento Alternativo Sustentável

O Desenvolvimento Alternativo Sustentável consiste em uma abordagem integrada, territorial e orientada ao desenvolvimento humano, voltada à prevenção e à redução do envolvimento de indivíduos e comunidades em dinâmicas associadas às economias ilícitas de drogas, por meio da promoção de alternativas socioeconômicas lícitas, inclusivas e sustentáveis (UNODC, 2015; CDESC, 2025).

Trata-se de um processo multidimensional que articula políticas públicas, participação comunitária e estratégias de desenvolvimento local para enfrentar as causas estruturais das vulnerabilidades sociais, como desigualdade, ausência de oportunidades, acesso limitado a serviços públicos e fragilidade das redes de proteção social. Nesse sentido, busca-se promover meios de vida sustentáveis, autonomia, inclusão produtiva e fortalecimento comunitário (CDESC, 2025).

Historicamente, o conceito de Desenvolvimento Alternativo esteve associado à substituição de cultivos ilícitos em áreas rurais de países produtores de drogas. No entanto, no contexto brasileiro, essa abordagem vem sendo reinterpretada e ampliada para responder às especificidades das grandes periferias urbanas marcadas pela violência armada, pela presença do crime organizado e pelas desigualdades sociorraciais. O caráter inovador da experiência brasileira reside justamente no fato de o Brasil não ser um país tradicionalmente produtor de cultivos ilícitos em larga escala, mas sim um território estratégico de trânsito internacional de drogas e de consolidação de mercados ilícitos urbanos altamente violentos. Nesse contexto, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e a Secretaria

Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad/MJSP) passaram a desenvolver uma releitura do conceito de desenvolvimento alternativo voltada às periferias urbanas, favelas e territórios vulnerabilizados, ampliando sua aplicação para contextos atravessados pelo narcotráfico, pela exclusão socioeconômica, pelo racismo estrutural e pela ausência histórica de políticas públicas estruturantes (CDESC, 2025).

A proposta fundamenta-se em princípios como a centralidade das pessoas e das comunidades, com participação ativa na definição e implementação das ações; a promoção de alternativas econômicas viáveis, associadas à inclusão produtiva e ao acesso a mercados; a garantia de acesso a direitos e serviços públicos essenciais; a valorização das especificidades territoriais, com abordagem intersetorial e sensível às questões de gênero, raça, etnia e geração; e a promoção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental articulada à segurança humana e ao fortalecimento do Estado de Direito. Nesse sentido, o Desenvolvimento Alternativo Sustentável configura-se como uma estratégia de política pública que integra desenvolvimento social, segurança cidadã e inclusão produtiva, buscando promover transformações estruturais nos territórios e ampliar as possibilidades de futuro para as juventudes (UNODC, 2021).



Oficina de Tranças no Arenoso, Pronasci
Juventude Salvador (20.08.2025)

O ineditismo global dessa experiência também decorre da tentativa de conectar agendas historicamente tratadas de forma fragmentada nas políticas internacionais sobre drogas, como segurança pública, justiça racial, prevenção social da violência, desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. O estudo desenvolvido pelo CDESC destaca que o avanço do crime organizado no Brasil produz impactos tanto em territórios urbanos periféricos quanto em regiões amazônicas e indígenas, onde o narcotráfico se articula a crimes ambientais, mineração ilegal e exploração de populações vulnerabilizadas. Dessa forma, o Brasil vem se consolidando como uma das primeiras experiências internacionais a estruturar um modelo de Desenvolvimento Alternativo adaptado simultaneamente a periferias urbanas e territórios amazônicos, em alinhamento às diretrizes da Comissão de Drogas Narcóticas das Nações Unidas (CND) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

10.3 Prevenção Ampliada

Quando o conceito de prevenção ampliada, conforme apresentado pelo Brasil na 69ª sessão da Comissão sobre Entorpecentes das Nações Unidas (CND, 2026), propõe uma abordagem integrada, territorializada e centrada nos direitos humanos para enfrentar os desafios relacionados às drogas, à violência e ao crime organizado. Diferentemente de modelos tradicionais focados exclusivamente na prevenção do uso de substâncias, a prevenção ampliada compreende que os fenômenos associados às drogas estão profundamente conectados a determinantes estruturais, como desigualdade social, racismo estrutural, violência de gênero, exclusão territorial, pobreza e fragilidade no acesso a direitos. Nesse sentido, a prevenção deixa de ser entendida apenas como uma estratégia comportamental ou informativa e passa a constituir um eixo estruturante da segurança pública sustentável, da proteção social e do desenvolvimento humano.

O documento brasileiro define o Sistema de Prevenção Ampliada como um conjunto articulado de políticas, programas e serviços ofertados ao longo do ciclo de vida, capazes de combinar ações universais, seletivas e indicadas, promovendo simultaneamente prevenção ao uso problemático de drogas, redução da violência, fortalecimento comunitário, inclusão produtiva e desenvolvimento territorial sustentável. A proposta parte do reconhecimento de que crianças, adolescentes e jovens expostos à violência, às dinâmicas do mercado ilícito e ao recrutamento pelo crime organizado enfrentam vulnerabilidades cumulativas e intergeracionais que não podem ser enfrentadas apenas por respostas repressivas.

A construção conceitual da prevenção ampliada dialoga diretamente com importantes referenciais internacionais produzidos no âmbito das Nações Unidas e da saúde pública global. Entre eles, destaca-se a Organização Mundial da Saúde, especialmente por meio da Carta de Ottawa para Promoção da Saúde (1986), que compreende saúde e bem-estar como resultados das condições sociais, econômicas, culturais e ambientais, defendendo ações intersetoriais voltadas à redução das desigualdades. O documento também se ancora na Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde (2011), que reconhece a necessidade de enfrentar fatores estruturais que produzem vulnerabilidades sociais.

No campo específico das políticas sobre drogas, o conceito encontra respaldo nas Normas Internacionais sobre Prevenção do Uso de Drogas, desenvolvidas conjuntamente pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e pela OMS, que defendem abordagens preventivas baseadas em evidências científicas, intervenções comunitárias, fortalecimento de vínculos familiares e promoção de fatores de proteção ao longo da vida. Da mesma forma, as Diretrizes Internacionais sobre Direitos Humanos e Políticas de Drogas (2019) reforçam que políticas preventivas devem estar alinhadas aos princípios da dignidade humana, da não discriminação, da participação social e do direito à saúde.

Outro marco internacional relevante incorporado ao conceito é a estratégia INSPIRE: Seven Strategies for Ending Violence Against Children, desenvolvida pela OMS em parceria com diversas agências das Nações Unidas, que estabelece estratégias integradas para prevenção

da violência contra crianças e adolescentes. O documento brasileiro também referência o Nurturing Care Framework for Early Childhood Development, voltado ao desenvolvimento integral na primeira infância, e a Estratégia Global para Acabar com a Violência contra Crianças (2023–2030), desenvolvida pelo UNODC e pela Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças.

Além disso, a prevenção ampliada dialoga com os compromissos internacionais assumidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à saúde e bem-estar (ODS 3), redução das desigualdades (ODS 10), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e promoção da paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16). Nessa perspectiva, a prevenção é compreendida como instrumento de transformação territorial, fortalecimento da coesão social e ampliação do acesso a direitos, especialmente em contextos historicamente marcados pela violência, marginalização e presença de economias ilícitas.

Assim, a noção de prevenção ampliada representa uma inflexão paradigmática nas políticas públicas sobre drogas e segurança pública, ao substituir abordagens fragmentadas e exclusivamente repressivas por estratégias integradas, comunitárias e orientadas para o desenvolvimento humano sustentável. Trata-se de uma concepção que articula prevenção, proteção social, participação comunitária, justiça social e desenvolvimento territorial como dimensões inseparáveis para o enfrentamento das vulnerabilidades contemporâneas.

10.4 Vulnerabilidade sociorracial agravada

No âmbito do PRONASCI Juventude, o conceito de vulnerabilidade sociorracial agravada refere-se à condição em que as desigualdades sociais e raciais impedem o acesso dos indivíduos a direitos básicos e a serviços de proteção social. Essa situação resulta da interação de múltiplos fatores sociais e sistêmicos relacionadas à raça, gênero, classe social e território, que, combinados, dificultam o bem-viver e o desenvolvimento dessas pessoas. A vulnerabilidade sociorracial agravada condiciona uma parcela significativa da população, sobretudo as juventudes, a situações complexas de iniquidades sociais que impedem o pleno acesso a direitos no sistema de saúde, de educação, da assistência social, de segurança, de acesso à justiça, de consumo, dentre outros.

O conceito de vulnerabilidade sociorracial agravada pode ser compreendido como uma categoria analítica que busca evidenciar a forma pela qual desigualdades estruturais, históricas e institucionais produzem processos diferenciados de exposição à violência, à exclusão social e à negação de direitos, afetando de maneira desproporcional determinados grupos sociais, especialmente juventudes negras, periféricas, indígenas, quilombolas e outros grupos racializados. Trata-se de uma concepção que reconhece que as vulnerabilidades não decorrem exclusivamente de condições individuais ou econômicas, mas da articulação entre racismo estrutural, desigualdade socioeconômica, segregação territorial, violência institucional, discriminação de gênero e fragilidade no acesso a políticas públicas e mecanismos de proteção social.

Essa formulação dialoga diretamente com os estudos sobre racismo estrutural, segundo os quais o racismo não se manifesta apenas em práticas discriminatórias individuais, mas constitui elemento organizador das instituições, das relações sociais e da distribuição desigual de direitos, oportunidades e proteção social. Para o autor, o racismo estrutura as dinâmicas econômicas, políticas e territoriais, produzindo condições permanentes de vulnerabilização e exclusão social de populações negras e periféricas. Nesse contexto, a vulnerabilidade sociorracial agravada expressa justamente os efeitos cumulativos dessa estrutura sobre trajetórias individuais e coletivas. (ALMEIDA, 2019).

A conceito também se aproxima das reflexões sobre necropolítica (MBEMBE, 2018), especialmente ao analisar como determinados corpos e territórios são submetidos a formas diferenciadas de controle, abandono e exposição à morte. Segundo Mbembe, as sociedades contemporâneas produzem geografias da violência em que populações racializadas passam a viver sob regimes permanentes de exceção, nos quais a precarização da vida, a violência armada e a ausência seletiva do Estado se tornam elementos cotidianos. Essa interpretação é particularmente relevante para compreender contextos urbanos marcados pela atuação do crime organizado, pela militarização dos territórios periféricos e pela recorrente violação de direitos de adolescentes e jovens negros.

O conceito também encontra sustentação nos estudos sobre vulnerabilidade social desenvolvidos por Robert Castel, especialmente quando o autor analisa os processos de desfiliação social e fragilização dos vínculos de pertencimento. Para Castel, a vulnerabilidade emerge quando indivíduos e grupos perdem acesso estável ao trabalho, à proteção social e às redes de integração comunitária, tornando-se mais suscetíveis à exclusão e à violência. No caso da vulnerabilidade sociorracial agravada, esse processo é intensificado por mecanismos históricos de discriminação racial e segregação territorial, que limitam o acesso à cidadania plena e às oportunidades de desenvolvimento humano.

No contexto brasileiro, essa condição se manifesta de maneira particularmente intensa nas juventudes negras, indígenas e periféricas, uma vez expostos a violência letal, o encarceramento em massa, a evasão escolar e a precarização das oportunidades econômicas que atingem de forma desproporcional esses grupos.

Nesse sentido, a vulnerabilidade sociorracial agravada pode ser entendida como resultado de processos históricos de colonialidade, racismo estrutural e desigualdade social que produzem barreiras sistemáticas ao acesso a direitos, à proteção social e ao reconhecimento da dignidade humana. Sua análise exige abordagens interseccionais, territoriais e comunitárias, capazes de reconhecer que as vulnerabilidades são socialmente produzidas e distribuídas de maneira desigual.

No âmbito do PRONASCI Juventude, esse conceito permite compreender que a prevenção da violência, do recrutamento pelo crime organizado e das violações de direitos demanda não apenas ações de segurança pública, mas políticas integradas de proteção social, fortalecimento comunitário, acesso à justiça, inclusão produtiva e promoção da equidade racial.



Saida Cultural do polo Rubens Vaz ao MUHCAB



Saida Cultural do polo Nordeste de Amaralina ao Instituto Quabales

10.5 Interseccionalidade

O conceito de interseccionalidade foi desenvolvido no fim da década de 1980 como um instrumental de análise que indica que uma pessoa pode experienciar um número diversificado de opressões, a depender do entrecruzamento dos marcadores sociais que configuram sua identidade (Crenshaw, 2002).

O PRONASCI Juventude é orientado pela perspectiva interseccional, adotando a categoria interseccionalidade como uma ferramenta da práxis e análise crítica que compreende os fenômenos sociais a partir da articulação entre raça, gênero, classe, território, sexualidade, faixa etária e outros marcadores sociais (Collins; Bilge, 2021). Nessa perspectiva, as desigualdades raciais, socioeconômicas, de gênero, sexualidade, etárias e territoriais devem ser analisadas de forma entrelaçada quando atuamos sobre os fatores associados à vulnerabilização e riscos que atravessam o cotidiano dos jovens que serão acompanhados pelo projeto.

Assim, a interseccionalidade é um princípio estruturante de sua metodologia de implementação, reconhecendo que as trajetórias de vulnerabilização que afetam adolescentes e jovens são produzidas pela interação simultânea entre desigualdades raciais, socioeconômicas, territoriais, de gênero, sexualidade e faixa etária. Na prática, isso significa que o projeto não compreende os fenômenos da violência, do recrutamento pelo crime organizado, do uso problemático de drogas ou da exclusão social como experiências homogêneas, mas como processos que atingem de maneira diferenciada sujeitos localizados em contextos específicos de desigualdade e discriminação.

Essa perspectiva interseccional se expressa, inicialmente, na própria definição dos territórios prioritários do programa, que são selecionados a partir de indicadores relacionados à violência letal, vulnerabilidade social, desigualdade racial e baixa presença de políticas públicas. O foco territorial reconhece que juventudes negras e periféricas estão desproporcionalmente expostas a contextos marcados pela violência armada, pela precarização das oportunidades econômicas e pelo enfraquecimento das redes de proteção

social. Assim, o território deixa de ser entendido apenas como espaço geográfico e passa a ser compreendido como marcador social que organiza desigualdades e condiciona diferentes formas de acesso a direitos.

A interseccionalidade também orienta a construção dos públicos prioritários do projeto. O programa reconhece que adolescentes e jovens negros e indígenas, mulheres, população LGBTQIA+, jovens em situação de rua, moradores de periferias urbanas e comunidades tradicionais experienciam riscos diferenciados associados à violência e ao recrutamento pelo crime organizado. Nesse sentido, as estratégias de prevenção e proteção social são desenhadas para responder às especificidades dessas experiências, evitando abordagens universalizantes que invisibilizem desigualdades históricas e estruturais.

Na operacionalização do projeto, essa abordagem se materializa por meio da articulação intersetorial entre políticas de educação, assistência social, saúde, cultura, segurança pública, direitos humanos e inclusão produtiva. O objetivo é construir respostas integradas capazes de enfrentar simultaneamente múltiplas dimensões da exclusão social. Assim, o acompanhamento dos jovens não se restringe à prevenção da violência ou ao acesso pontual a serviços, mas envolve o fortalecimento de vínculos comunitários, apoio psicossocial, construção de projetos de vida, acesso à formação profissional, inclusão produtiva e promoção de direitos. Essa lógica dialoga diretamente com a compreensão de que vulnerabilidades sociais são produzidas por fatores estruturais interdependentes.

Outro elemento importante da aplicação prática da interseccionalidade no PRONASCI Juventude é o reconhecimento do protagonismo comunitário e das redes locais de cuidado. O programa busca desenvolver metodologias participativas que valorizem lideranças comunitárias, coletivos juvenis, organizações da sociedade civil e experiências territoriais já existentes. Essa diretriz reconhece que os próprios territórios produzem estratégias de resistência, pertencimento e proteção social fundamentais para o fortalecimento das juventudes em contextos de violência e vulnerabilização.

Além disso, a perspectiva interseccional também orienta os processos formativos realizados com equipes técnicas, gestores públicos e profissionais das redes de atendimento. As formações buscam qualificar a compreensão sobre racismo estrutural, desigualdade de gênero, violência institucional, direitos humanos e discriminação territorial, promovendo práticas de atendimento mais sensíveis às experiências concretas vividas pelos jovens acompanhados pelo projeto. Dessa forma, a interseccionalidade não aparece apenas como categoria teórica, mas como ferramenta metodológica para qualificar diagnósticos, estratégias de cuidado e processos de implementação.

Dessa maneira, o PRONASCI Juventude aplica a interseccionalidade como eixo transversal de gestão, diagnóstico, implementação e acompanhamento territorial, permitindo compreender que os processos de vulnerabilização social são multidimensionais e exigem respostas igualmente integradas, territorializadas e orientadas pela promoção da equidade e dos direitos humanos.

10.6 Intersetorialidade/Atenção integral

O enfoque interseccional exige uma metodologia pautada pela proteção, cuidado e atenção integral. Os adolescentes e jovens acompanhados pelo projeto devem ser compreendidos em sua integralidade, levando em conta desde dimensões subjetivas e biológicas, até os contextos sociais, culturais e políticos nos quais estão inseridos.

O PRONASCI Juventude visa contribuir para a promoção da cidadania e garantia dos direitos dos adolescentes e jovens atendidos. Com esse intuito, o desenvolvimento de ações voltadas para a ampliação do acesso e efetivação de direitos será baseado em um trabalho de acompanhamento ampliado e intersetorial que vise à proteção integral.

Nesse sentido, o processo de acompanhamento dos participantes do projeto será realizado por uma equipe multiprofissional com enfoque interdisciplinar. Dentre os princípios metodológicos do PRONASCI Juventude articulados à atenção integral, também se destacam a escuta qualificada focada nas demandas dos adolescentes e jovens e a construção de vínculos que possibilitem uma relação de confiança. O acolhimento dos jovens em sua integralidade e uma escuta qualificada ativa e empática possibilitarão identificar demandas explícitas e implícitas para a elaboração de estratégias de cuidado, promoção de direitos e acesso a políticas públicas que levem em conta as múltiplas dimensões da vida dos jovens acompanhados. Além disso, a articulação de rede pautada na intersetorialidade será uma estratégia central das ações vinculadas à promoção, proteção e defesa de direitos.

Um exemplo prático intersetorialidade, está na criação dos Comitês Gestores locais descritos a seguir em mobilização do público prioritário.



Reunião do Comitê Gestor do Acordo de Cooperação Técnica no Rio de Janeiro



Reunião do Comitê Gestor do Acordo de Cooperação Técnica em Salvador

10.7 Território

No âmbito do PRONASCI Juventude, o conceito de território é compreendido como uma dimensão dinâmica e estratégica, diretamente relacionada às práticas sociais, culturais, econômicas, históricas e políticas que configuram a vida cotidiana das comunidades. Trata-se de uma concepção de território vivo, permanentemente construído e ressignificado pelas relações sociais, pelos vínculos comunitários e pelas formas de ocupação e pertencimento produzidas pelos sujeitos que nele vivem. Nessa perspectiva, o território não se limita à sua

dimensão geográfica ou administrativa, mas constitui um espaço de produção de identidades, sociabilidades, direitos e disputas.

Essa compreensão está ancorada no entendimento que o território representa o espaço no qual convergem as múltiplas expressões da experiência humana, cunhado por Milton Santos. Conforme destaca o autor, "o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência" (SANTOS, 1999). Assim, a análise territorial no contexto do projeto requer o reconhecimento das diversas formas de vida, dos usos sociais do espaço e das dinâmicas locais que estruturam as relações comunitárias e institucionais.

A partir dessa abordagem, o PRONASCI Juventude prioriza territórios marcados por elevados indicadores de vulnerabilidade social, altas taxas de letalidade violenta e dinâmicas de violência associadas ao mercado ilícito de drogas e à atuação do crime organizado. A focalização territorial do projeto busca reconhecer os impactos desproporcionais dessas dinâmicas sobre adolescentes e jovens, especialmente aqueles expostos a processos históricos de desigualdade racial, exclusão socioeconômica e fragilidade no acesso a políticas públicas e mecanismos de proteção social.

Nesse sentido, a atuação territorial do PRONASCI Juventude orienta-se pela valorização das potencialidades comunitárias, pelo fortalecimento das redes locais de proteção e pela construção de estratégias integradas de prevenção, inclusão social e promoção de direitos. O território é, portanto, compreendido simultaneamente como espaço de incidência das vulnerabilidades e como espaço estratégico para o fortalecimento da cidadania, da participação social e da construção de trajetórias de proteção e desenvolvimento para adolescentes e jovens.

11. PÚBLICO PRIORITÁRIO E MOBILIZAÇÃO

O público prioritário do projeto será selecionado segundo critérios de vulnerabilidade agravada, que indicam risco para o aliciamento pelo crime organizado, bem como para mortalidade violenta. No âmbito do projeto, são considerados adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade agravada aqueles que atendam a qualquer dos seguintes critérios:

I. problemas associados ao uso de álcool e outras drogas;

II. expostos ao risco de aliciamento pelo crime organizado;

III. em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto ou em semiliberdade;

IV. egressos do sistema socioeducativo;

V. atendidos em programas de alta complexidade da política de assistência social, tal como o acolhimento institucional;

VI. situação de evasão escolar ou trajetória escolar fragmentada;

VII. identidade de gênero trans;

VIII. sobreviventes de crimes violentos;

IX. familiares de pessoa privada de liberdade ou de pessoas egressas do sistema prisional;

X. familiares de vítimas de mortes violentas intencionais;

XI. vítimas de violência doméstica ou violência sexual;

XII. gravidez indesejada na adolescência;

XIII. moradia precária ou em situação de rua;

XIV. adolescentes e jovens com deficiência.

A mobilização dos jovens para a participação no projeto pode ser realizada tanto por meio de articulações institucionais com parceiros estratégicos da rede de proteção e garantia de direitos, como por meio da mobilização territorial, busca ativa ou edital de chamamento público.[9]

Para alcance desejado nas pactuações nos territórios, utilizamos o instrumento jurídico-administrativo do Acordo de Cooperação Técnica - ACT, com objetivo de estabelecer condições de mútua cooperação entre as partes para a implementação de estratégias entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e demais partícipes. Este acordo de cooperação promove a atuação integrada no âmbito da relação institucional entre todos os partícipes, com vistas a realizar o intercâmbio de informações e promover ações conjuntas que aprimorem o desempenho de atividades que garantam a efetiva execução e implementação do projeto PRONASCI Juventude, no contexto do Programa Nacional de Segurança com Cidadania nos municípios.

O ACT permite articulação entre diferentes órgãos e entidades, promovendo a atuação e a coprodução de políticas públicas considerando o constante no processo nº 08129.009539/2024-75, e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 2021, do Decreto nº 11.531, de 2023, legislação correlacionada à política pública e suas alterações.

A partir desta articulação de parcerias, é possível pactuar estratégias de mobilização e encaminhamento de adolescentes e jovens para o projeto. Além disso, também podem ser desenhadas estratégias de mobilização territorial. Em qualquer caso, é importante estabelecer critérios uniformes para a avaliação do perfil prioritário dos adolescentes e jovens

[9] Observa-se que o processo de mobilização se deu de maneiras diferentes nos estados. Por exemplo, no Rio de Janeiro e Salvador – TED com a FIOCRZ – optou-se por atividades territoriais para apresentação do projeto. Já nos TEDs com os Institutos Federais, foi realizado um edital público, com inscrições presenciais nos polos do projeto em cada estado/município.

que serão acompanhados no projeto.

Nos casos em que o adolescente ou jovem for encaminhado por meio do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Sistema Único de Saúde (SUS) ou do Sistema de Educação, seu cadastramento no projeto será realizado de forma imediata.[10]
Nos casos em que o adolescente ou jovem compareça por demanda espontânea, seja indicado por um ator local do território ou quando a equipe precise estabelecer critérios para a seleção dos jovens inscritos via edital de chamamento, será utilizado um barema de avaliação nomeado como Entrevista de Acolhimento (em anexo) composto por quatro seções específicas:

1. **Perfil Socioeconômico**

Seção estruturada por meio de um questionário objetivo, contendo perguntas que permitem a identificação do perfil socioeconômico do adolescente ou jovem. Todas as perguntas desta seção também deverão estar contempladas no edital de chamamento.

2. **Condição de Moradia**

Questionário objetivo destinado ao mapeamento das condições habitacionais do adolescente ou jovem.

3. **Marcadores de Vulnerabilização**

Conjunto de perguntas voltadas à identificação de marcadores considerados prioritários para a definição da necessidade de acompanhamento do adolescente ou jovem no âmbito do projeto, com base nos critérios que definem os perfis de públicos prioritários listados no tópico 4 deste guia.

4. **Entrevista Social**

Avaliação qualitativa conduzida pela equipe técnica do projeto, com foco na análise das expressões da questão social manifestadas pelo adolescente ou jovem. Além disso, essa etapa busca compreender sua motivação e disponibilidade para participação no projeto.

A pontuação do barema será atribuída exclusivamente às seções Perfil Socioeconômico (PS), Condição de Moradia (CM) e Entrevista Social (ES). Caso o jovem apresente resposta afirmativa a qualquer um dos itens da seção Outros Marcadores de Vulnerabilização (OMV), sua inscrição no projeto poderá ser realizada de forma imediata, tendo em vista que já atenderá aos critérios que definem os perfis de públicos prioritários do projeto.

[10] Em alinhamento recente entre a Senad/MJSP e a Secretaria Nacional dos Direitos da Crianças e do adolescente/MDHC será construído um protocolo de encaminhamento de jovens em cumprimento de medida socioeducativa para que a experiência no PRONASCI Juventude seja compreendida como cumprimento da medida.

A depender do total de número de jovens previstos em cada território, o processo de inserção dos jovens no projeto pode ser realizado em diferentes entradas.

12. ESTRUTURAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

A estrutura do projeto conta com equipes regionais e territoriais multidisciplinares. Tendo em vista as especificidades do público e dos eixos de atuação do PRONASCI Juventude, espera-se que a composição das equipes contemple profissionais com habilidades, competências e experiências que promovam o melhor atendimento e acolhimento aos jovens e adolescentes selecionados para o projeto. A composição das equipes pode ser denominada como equipe sistêmica.

Habilidades e competências desejáveis para composição da equipe:

- Atuação prévia ou conhecimento comprovado em políticas de segurança pública, justiça, direitos humanos e/ou prevenção à violência, preferencialmente com interface com o PRONASCI ou programas correlatos.

- Experiência no trabalho com populações em situação de vulnerabilidade e/ou violação de direitos, incluindo pessoas que usam drogas, pessoas egressas do sistema prisional e adolescentes e jovens em cumprimento ou egressos de medida socioeducativa.

- Conhecimento das estratégias de redução de riscos e danos relacionadas ao uso de drogas, com capacidade de aplicá-las em contextos territoriais e em articulação com a rede de serviços.

- Capacidade de atuar de forma interdisciplinar e intersetorial em temas de redução de danos, direitos humanos, construção de projetos de vida, acesso à justiça e garantia de direitos, articulando diferentes políticas públicas e serviços.

- Conhecimento e capacidade de leitura crítica das dinâmicas de território e das redes locais de proteção social, segurança pública, saúde, assistência e justiça, com foco na ampliação do acesso a direitos.

- Habilidade para manejo de situações de crise e mediação de conflitos, com postura ética, dialógica e centrada na promoção de direitos.

- Capacidade de realizar intervenções individuais, familiares e comunitárias orientadas à promoção da saúde, da qualidade de vida e à prevenção de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência ou opressão.

- Utilização de referenciais éticos como fundamento técnico da prática profissional, especialmente nos processos de escuta qualificada dos sujeitos e dos territórios, resguardando confidencialidade, não discriminação e respeito à autonomia.

- Competência para articular posicionamento político comprometido com direitos humanos e justiça social à atuação técnica, preservando a impessoalidade, a legalidade e os marcos normativos das políticas públicas.

- Habilidade para articulação intersetorial e comunitária em territórios periféricos e com baixo acesso a serviços públicos, incluindo interface com organizações da sociedade civil, serviços de saúde, assistência social, justiça, educação e demais políticas.

- Disponibilidade para atuação em campo e flexibilidade na organização da jornada de trabalho, conforme as necessidades operacionais do Projeto e respeitada a legislação vigente.

Da composição das **equipes regionais:**

As equipes regionais, considerando as diretrizes do PRONASCI Juventude, bem como sua metodologia e estratégias de atuação nos territórios, são formadas por profissionais referenciados, com inserção em órgãos governamentais, institutos de pesquisas, organizações da sociedade civil e/ou lideranças comunitárias. As escolhas de contratação desses/as profissionais, além do perfil profissiográfico, são justificadas pelos objetivos almejados pelo projeto, os quais abarcam:

a) a construção de metodologia de base comunitária, com participação da comunidade local e do público a ser atendido;

b) o desenvolvimento de ações de proteção social integral do público do projeto;

c) a facilitação do acesso às ações do projeto e participação nas vivências de incremento dos capitais cultural, social e econômico do público do projeto;

d) o fortalecimento da identidade local comunitária e incentivo das práticas mediadoras para a resolução e conflitos e promoção de uma cultura de paz.

A relação com o território é crucial para a realização do vínculo entre o projeto e o público beneficiário, e consequentemente, sua adesão e a efetividade de resultados satisfatórios.

Sugere-se como **composição mínima** essencial:

- 1 Coordenação Regional

- 1 Supervisão Regional de Articulação Territorial

- 1 Supervisão Regional de Monitoramento e Avaliação
- 1 Supervisão Regional Pedagógica
- 1 Assistente Administrativo - financeiro
- 1 Assistente de Comunicação
- 1 Estagiário de Comunicação
- 1 Apoio técnico-administrativo

Atribuições Gerais

Cabe a **Coordenação Regional**

1) Coordenar a implementação territorial do projeto, assegurando a aderência às diretrizes do PRONASCI Juventude e a adequada execução das ações junto ao público prioritário, com sensibilidade às especificidades dos territórios e das juventudes atendidas.

2) Articular e fortalecer redes intersetoriais locais, promovendo a integração entre políticas públicas — especialmente nas áreas de saúde, assistência social, educação, justiça e direitos humanos — com vistas à ampliação do acesso a serviços e à garantia de direitos.

3) Supervisionar e apoiar tecnicamente as equipes territoriais, orientando a atuação, bem como no manejo de situações de crise e mediação de conflitos.

4) Estabelecer vínculos institucionais e comunitários estratégicos, favorecendo a aproximação da população com as ações desenvolvidas pelo projeto;

5) Realizar análise crítica e monitoramento das dinâmicas territoriais, subsidiando a tomada de decisão e o aprimoramento contínuo das ações do projeto, com base em princípios de direitos humanos, atuação interdisciplinar e compromisso com a transformação social.

Cabe a **Supervisão Regional de Articulação Territorial**

1) Coordenar e acompanhar a implementação das estratégias de territorialização do projeto, assegurando a integração entre equipes locais, serviços públicos e atores comunitários.

2) Mapear, mobilizar e fortalecer redes intersetoriais nos territórios, ampliando o acesso a políticas públicas e a garantia de direitos.

3) Orientar as equipes na construção de vínculos com o público prioritário e construção dos planos de intervenção, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade e baixa presença estatal.

4) Apoiar a mediação de conflitos e o manejo de situações críticas nos territórios, com base nos princípios da redução de danos e da atuação ética.

5) Apoiar a mediação de conflitos e o manejo de situações críticas nos territórios, com base nos princípios da redução de danos e da atuação ética.

Cabe a **Supervisão Regional de Monitoramento e Avaliação**

1) Estruturar e implementar processos de monitoramento das ações do projeto, com base em indicadores quantitativos e qualitativos

2) Acompanhar a execução das atividades nos territórios, verificando aderência às metas, prazos e diretrizes institucionais.

3) Produzir relatórios técnicos periódicos, subsidiando a tomada de decisão e a prestação de contas.

4) Apoiar as equipes locais na coleta, registro e sistematização de dados, garantindo qualidade e padronização das informações.

5) Realizar análises críticas sobre os resultados e impactos do projeto, propondo ajustes e melhorias contínuas.

Cabe a **Supervisão Regional de Pedagógica**

1) Planejar, orientar e acompanhar as ações formativas do projeto, assegurando coerência com os princípios metodológicos e pedagógicos do PRONASCI Juventude.

2) Apoiar metodologicamente as equipes na condução de atividades educativas, oficinas e processos de construção de projetos de vida.

3) Promover a integração entre conteúdos pedagógicos e temas transversais, como direitos humanos, redução de danos e cidadania.

4) Acompanhar o desenvolvimento dos jovens participantes, contribuindo para estratégias de engajamento, permanência e inclusão.

5) Sistematizar práticas pedagógicas e apoiar a produção de conteúdos e materiais formativos.

Cabe ao **Assistente Administrativo-Financeiro**

1) Executar rotinas administrativas e financeiras do projeto, incluindo controle de bolsas, pagamentos e prestação de contas.

2) Organizar e manter atualizada a documentação administrativa, em conformidade com normas institucionais e exigências legais.

3) Apoiar a gestão orçamentária, acompanhando despesas, registros financeiros e execução de recursos.

4) Elaborar relatórios administrativos e financeiros, contribuindo para processos de monitoramento e auditoria.

5) Prestar suporte logístico às equipes, incluindo organização de agendas, eventos e aquisições necessárias ao projeto.

Cabe ao **Assistente de Comunicação**

1) Planejar e executar, em alinhamento e seguindo as diretrizes da Coordenação Nacional de Comunicação, as ações de comunicação institucional do projeto, alinhadas às diretrizes do PRONASCI Juventude.

2) Produzir conteúdo informativos e educativos para diferentes mídias, com linguagem acessível ao público jovem e aos territórios.

3) Apoiar a visibilidade das ações do projeto, registrando e divulgando atividades, resultados e boas práticas.

4) Articular-se com equipes locais para coleta de informações e fortalecimento da comunicação territorial.

5) Contribuir para estratégias de mobilização social e engajamento comunitário.

Cabe ao **Estágiario de Comunicação**

1) Apoiar a produção de conteúdo para redes sociais, materiais institucionais e registros das atividades do projeto.

2) Auxiliar na cobertura de eventos, oficinas e ações territoriais, incluindo registros fotográficos e audiovisuais.

3) Organizar arquivos e bancos de dados de comunicação (imagens, vídeos, textos).

4) Colaborar na atualização de canais institucionais e plataformas digitais.

5) Apoiar atividades de mobilização e divulgação junto ao público participante.

Cabe ao **Apoio Técnico-Administrativo**

1) Prestar suporte operacional às atividades do projeto, incluindo organização de espaços, materiais e logística das ações.
2) Auxiliar no atendimento ao público e no acompanhamento das atividades com os jovens.
3) Apoiar o registro de informações e a organização de documentos e relatórios.
4) Contribuir para a execução das atividades territoriais, em articulação com as equipes técnicas.
5) Apoiar demandas administrativas gerais, garantindo o funcionamento adequado das ações do projeto.

Por sua vez, as **equipes territoriais, deverão ser compostas minimamente** pelos seguintes profissionais:

- 01 Técnico de Referência em Assistência Social
- 01 Técnico de Referência em Psicologia
- 01 Técnico de referência Educador/a Jurídico/a
- 01 Redutor/a de Danos
- 01 Articulador territorial

A constituição da equipe mencionada acima é recomendada para polos de atendimento com até 50 jovens. Caso, na implementação territorial esse número de jovens e adolescentes seja maior, sugere-se a ampliação das equipes, a luz do que orientam as normativas do SUAS.

Nesse sentido, os parâmetros estabelecidos pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) e pelas orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) constituem importante referência metodológica para a estruturação das equipes do programa.

As normativas do SUAS indicam que a composição das equipes deve considerar não apenas o quantitativo de usuários, mas também o nível de vulnerabilidade social e a complexidade das situações acompanhadas, assegurando capacidade técnica para atendimento continuado, escuta qualificada, elaboração de planos individuais de acompanhamento, articulação intersetorial e fortalecimento das redes de proteção social. Em serviços de média complexidade, como aqueles voltados ao acompanhamento especializado de adolescentes

e jovens em situação de risco social, recomenda-se a presença de profissionais de nível superior, especialmente assistentes sociais e psicólogos, em quantitativo proporcional ao número de casos acompanhados, de forma a garantir sigilo, vínculo, acompanhamento sistemático e proteção integral. Dessa forma, a adoção de equipes de referência no âmbito do PRONASCI Juventude mostra-se essencial para assegurar a qualidade metodológica da implementação, a continuidade dos atendimentos e a efetividade das estratégias de prevenção da violência e promoção de direitos.

Formação e Experiências Desejáveis

Técnico de Referência em Assistente Social

Formação mínima: Graduação em Serviço Social, com Registro ativo no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

Experiências e conhecimentos desejáveis:

- Experiência de atuação com adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, preferencialmente em políticas públicas de assistência social, saúde mental, direitos humanos, socioeducação, políticas sobre drogas ou prevenção à violência;
- Conhecimento sobre Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema de Garantia de Direitos, políticas para juventudes e rede intersetorial de proteção social;
- Experiência em acompanhamento social individual e familiar, elaboração de encaminhamentos e articulação com serviços da rede de proteção;
- Experiência em atuação territorial e comunitária, especialmente em contextos de vulnerabilidade sociorracial agravada;
- Conhecimento sobre redução de danos, direitos humanos, interseccionalidade e enfrentamento ao racismo estrutural;
- Capacidade de articulação institucional com serviços de saúde, assistência social, educação, justiça, trabalho e renda;
- Experiência na elaboração de relatórios técnicos, registros de atendimento e utilização de sistemas de monitoramento e acompanhamento;
- Habilidade para condução de atividades coletivas, rodas de conversa, oficinas e ações comunitárias;
- Capacidade de escuta qualificada, mediação de conflitos e trabalho em equipe multidisciplinar.

Técnicos de Referência em Psicologia

Formação mínima: Graduação em Psicologia, com Registro ativo no Conselho Regional de Psicologia (CRP).

Experiências e conhecimentos desejáveis:

- Experiência em atendimento, acompanhamento psicossocial e desenvolvimento de ações coletivas com adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social;
- Atuação em políticas públicas de saúde mental, assistência social, socioeducação, políticas sobre drogas, juventudes ou direitos humanos;
- Conhecimento sobre Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), redução de danos e cuidado em saúde mental de base comunitária;
- Experiência em contextos territoriais marcados por violência, violações de direitos e vulnerabilidade sociorracial agravada;
- Conhecimento sobre interseccionalidade, relações raciais, gênero, juventudes e impactos psicossociais das desigualdades sociais;
- Capacidade de articulação com serviços da rede de saúde, assistência social, educação e sistema de justiça;
- Experiência em elaboração de registros técnicos, relatórios e alimentação de sistemas de acompanhamento;
- Habilidade para condução de grupos, rodas de conversa, atividades socioeducativas e ações de fortalecimento de vínculos comunitários;
- Capacidade de manejo de situações de crise, mediação de conflitos e atuação interdisciplinar.

Técnico/a de Referência - Educador/a Jurídico/a

Formação mínima: Graduação em Direito

- Desejável experiência ou formação complementar em direitos humanos, justiça juvenil, políticas públicas ou acesso à justiça.

Experiências e conhecimentos desejáveis:

- Experiência em atuação junto a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, especialmente em temas relacionados a direitos humanos, cidadania, sistema de justiça e socioeducação;

- Conhecimento sobre Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), políticas de juventude e Sistema de Garantia de Direitos;

- Experiência em orientação jurídica, educação em direitos e articulação com defensorias públicas, ministérios públicos, conselhos tutelares e demais órgãos do sistema de justiça;

- Capacidade de realização de encaminhamentos institucionais e acompanhamento de adolescentes e jovens aos serviços da rede de justiça e proteção social;

- Conhecimento sobre racismo estrutural, violência institucional, políticas sobre drogas e vulnerabilidade sociorracial agravada;

- Habilidade para desenvolvimento de atividades coletivas, rodas de conversa, oficinas de educação em direitos e fortalecimento da cidadania;

- Experiência em atuação territorial e comunitária;

- Conhecimentos básicos de informática e capacidade de utilização de sistemas de acompanhamento e monitoramento;

- Capacidade de trabalho em equipe multidisciplinar, mediação de conflitos e articulação intersetorial.

Articulador/a Territorial

Formação mínima: Ensino Médio completo.

Experiências e conhecimentos desejáveis:

- Experiência em atuação territorial, comunitária e mobilização social junto a adolescentes, jovens e populações em situação de vulnerabilidade social;

- Conhecimento das dinâmicas sociais, culturais e institucionais dos territórios atendidos pelo projeto;

- Experiência em articulação de redes de proteção social, organizações da sociedade civil, coletivos culturais, movimentos sociais, associações de moradores e equipamentos públicos;

- Capacidade de construção e fortalecimento de parcerias institucionais com serviços das áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, esporte, justiça e direitos humanos;

- Experiência na organização e facilitação de atividades coletivas, rodas de conversa, fóruns comunitários, oficinas e espaços participativos;

- Habilidade de mobilização comunitária e mediação de diálogos entre equipes técnicas, atores locais e população atendida;

- Conhecimento sobre políticas públicas voltadas às juventudes, direitos humanos, redução de danos, prevenção da violência e enfrentamento ao racismo estrutural;

- Capacidade de fomentar espaços de escuta coletiva e participação social voltados ao acompanhamento e aperfeiçoamento das ações do projeto;

- Experiência em registro e sistematização de informações em plataformas e sistemas de acompanhamento;

- Facilidade de comunicação interpessoal, trabalho em equipe multidisciplinar e atuação intersetorial;

- Sensibilidade para atuação orientada pelos princípios da equidade racial, diversidade, territorialidade, pertencimento comunitário e fortalecimento de identidades locais;

- Preferencialmente pessoas oriundas ou com trajetória de atuação nos territórios atendidos pelo projeto.

Apoio Técnico administrativo

Formação mínima: Ensino Médio completo, preferencialmente com formação técnica e/ou cursando ensino superior nas áreas de Administração ou áreas correlatas.

Experiências e conhecimentos desejáveis:

- Experiência em rotinas administrativas, organização documental e apoio operacional de projetos sociais, educacionais ou comunitários;

- Conhecimento em gerenciamento de documentos, arquivos físicos e digitais, plataformas institucionais e instrumentos de monitoramento e informação;

- Experiência no gerenciamento de agendas, organização de reuniões, acompanhamento de cronogramas e apoio logístico às equipes;

- Capacidade de acompanhamento e sistematização de demandas relacionadas a oficineiros/as, fornecedores e equipes técnicas;

- Experiência em controle administrativo de materiais, equipamentos, contratações e processos de apoio à execução de projetos;

- Conhecimentos básicos e intermediários em informática, especialmente Pacote Office, plataformas digitais, planilhas eletrônicas, sistemas de armazenamento em nuvem e ferramentas de comunicação institucional;

- Capacidade de organização, planejamento e cumprimento de fluxos administrativos e prazos institucionais;

- Facilidade de trabalho em equipe multidisciplinar e apoio às coordenações, supervisões e equipes territoriais;

- Habilidade de comunicação interpessoal, escuta qualificada e atendimento institucional;

- Sensibilidade para atuação em projetos orientados pelos princípios dos direitos humanos, diversidade, equidade racial e desenvolvimento social comunitário;

- Conhecimento sobre políticas públicas voltadas às juventudes, prevenção da violência e proteção social será considerado diferencial.

Técnicos sociais (Assistente Social, Psicólogo/a e Educador/a Jurídico/a)

Formação e experiências desejáveis: Graduação em áreas afins à atuação do Projeto, tais como psicologia, serviço social e direito, com especialização nas áreas saúde coletiva, terapia ocupacional, direitos humanos, redução de riscos e danos sociais, entre outros temas correlatos ao projeto.

Experiências e conhecimentos desejáveis:

- Experiência profissional ou atuação comprovada com juventudes, redução de riscos e danos, garantia de direitos, segurança pública cidadã, saúde coletiva e/ou políticas sociais correlatas.

- Vínculo territorial, experiência de trabalho ou conhecimento comprovado dos territórios atendidos pelo Projeto, considerando suas dinâmicas sociais, institucionais e comunitárias.

- Experiência de atendimento, acompanhamento ou intervenção com pessoas em situação de vulnerabilidade social e racial agravada e/ou em contexto de violação de direitos.

- Conhecimento e capacidade de atuação em intervenções orientadas pela abordagem de redução de riscos e danos, em articulação com a rede de saúde, assistência social, justiça e demais políticas públicas.

Redutores/as de Danos

Formação mínima: Ensino Médio completo.

Experiências e conhecimentos desejáveis:

- Vivência ou experiência comunitária em territórios de vulnerabilidade social;
- Preferencialmente pessoas oriundas dos territórios atendidos pelo projeto;
- Preferencialmente pessoas com trajetória de vivência no sistema socioeducativo e/ou sistema penal, considerando a valorização da experiência social e da atuação por pares;
- Experiência em ações sociais, comunitárias, culturais, educativas ou de redução de danos junto a adolescentes e jovens;
- Facilidade de diálogo, escuta qualificada e construção de vínculos com adolescentes, jovens e públicos em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada;
- Capacidade de atuação em contextos de crise, mediação de conflitos e manejo de situações de violência e vulnerabilidade social;
- Conhecimentos básicos de informática para preenchimento de instrumentos de acompanhamento e registro das ações;
- Capacidade de trabalho em equipe multidisciplinar e articulação com redes comunitárias e serviços públicos;
- Sensibilidade para atuação orientada pelos princípios dos direitos humanos, redução de danos, diversidade, equidade racial e promoção da cidadania;
- Conhecimento sobre dinâmicas territoriais, redes comunitárias e serviços locais será considerado diferencial.

Articulador Territorial

Formação mínima: Ensino Médio completo.

Experiências e conhecimentos desejáveis:

- Experiência comprovada em espaços de mobilização e articulação comunitária nos territórios de atuação do Projeto, incluindo participação em coletivos, movimentos sociais, associações comunitárias ou iniciativas locais de defesa de direitos.

- Habilidade de comunicação e de estabelecimento de diálogos com diferentes atores institucionais (órgãos públicos, serviços da rede de políticas sociais, sistema de justiça, organizações da sociedade civil), com capacidade de mediação entre demandas comunitárias e instâncias governamentais.

- Capacidade de atuação em situações de crise e de mediação de conflitos, com postura ética, dialógica e orientada à prevenção e redução de violências.

- Participação prévia em espaços de formação política, educação popular, processos de incidência ou articulações voltadas ao acesso a direitos e à ampliação da cidadania, preferencialmente vinculados aos territórios de atuação do Projeto.

- Desejável experiência de liderança ou referência comunitária em iniciativas de apoio mútuo, redes de cuidado e fortalecimento de vínculos no território, com especial atenção à participação de mulheres e demais sujeitos historicamente impactados pela violência e pela exclusão social.

13. TERRITORIALIZAÇÃO



Reunião de Avaliação Territorial da Maré (23.03.2026)



Atividade de Territorialização em Fazenda Coutos (21.10.2024)

A territorialização é uma ferramenta estratégica de planejamento, monitoramento e gestão de políticas públicas de base territorial, amplamente utilizada no campo da saúde pública e das políticas sociais para subsidiar processos de implantação, acompanhamento e avaliação de serviços e projetos. Em uma perspectiva que reconhece o território como mobilizador de saberes, práticas locais e dinâmicas sociais, a territorialização pode ser compreendida, de forma ampla, como um método de obtenção, sistematização e análise de informações sobre as condições de vida das populações e os diversos contextos de uso do território em todas as dimensões da vida social — econômicas, culturais, políticas, ambientais e institucionais (Gondim; Monken, 2009).

No âmbito do PRONASCI Juventude, o processo de territorialização constitui uma etapa estruturante da implementação do projeto, orientando a identificação de prioridades, a articulação institucional, o planejamento das ações e a construção de estratégias territorializadas de prevenção à violência, proteção social e fortalecimento comunitário. Esse processo envolve tanto o levantamento e análise de dados secundários quanto a realização de diagnósticos participativos e o mapeamento de redes, serviços e atores estratégicos capazes de potencializar a implementação das ações nos territórios priorizados.

Para a construção do diagnóstico territorial, recomenda-se a utilização de diferentes fontes e bases de dados públicas, administrativas e comunitárias, que possibilitem uma leitura multidimensional do território. Entre as principais fontes a serem consultadas destacam-se os dados censitários e amostrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, especialmente informações relacionadas à população, renda, escolaridade, raça/cor, trabalho, habitação e infraestrutura urbana; cadastros municipais e estaduais; sistemas de informação das políticas de saúde, educação, assistência social e segurança pública; registros do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e dos sistemas educacionais; observatórios de violência, juventude e direitos humanos; dados produzidos por institutos de pesquisa; além de planos diretores municipais, instrumentos de planejamento urbano e diagnósticos socioterritoriais já existentes.

Também podem ser utilizados dados provenientes de secretarias municipais e estaduais, conselhos de direitos, ministérios públicos, defensorias públicas, conselhos tutelares, universidades, centros de pesquisa, observatórios locais e organizações da sociedade civil com atuação territorial. A articulação com essas instituições é fundamental tanto para acesso às informações quanto para fortalecimento das redes intersetoriais de proteção social e construção de estratégias compartilhadas de intervenção. Nesse sentido, a territorialização pressupõe processos permanentes de diálogo institucional e participação social, favorecendo a integração entre políticas públicas, serviços locais e iniciativas comunitárias já existentes nos territórios.

Entre as ações que podem ser desenvolvidas nesta etapa destacam-se:

1) Levantamento e análise de dados públicos relativos ao território;

2) Mapeamento da rede de proteção social, incluindo equipamentos públicos, organizações da sociedade civil, coletivos, movimentos sociais, associações de moradores, fóruns comunitários e lideranças locais;

3) Sistematização de dados qualitativos e quantitativos para construção do diagnóstico territorial;

4) Identificação de serviços, fluxos institucionais e recursos comunitários disponíveis para adolescentes e jovens;

4) Georreferenciamento de informações relacionadas às dinâmicas de violência, proteção social e acesso a direitos;

6) Realização de oficinas, escutas comunitárias e diagnósticos participativos com adolescentes, jovens, famílias e atores locais.

Para fins metodológicos, recomenda-se que o processo de territorialização contemple procedimentos mínimos de levantamento e georreferenciamento das informações territoriais, utilizando mapas oficiais, sistemas de informação geográfica (SIG), registros administrativos, bases cartográficas municipais e ferramentas digitais de georreferenciamento. O uso desses instrumentos possibilita identificar padrões de distribuição espacial das vulnerabilidades sociais, incidência de violências, concentração de equipamentos públicos e fluxos de circulação nos territórios. Sempre que possível, recomenda-se integrar análises quantitativas com metodologias participativas, como oficinas territoriais, caminhadas exploratórias, rodas de conversa e escutas qualificadas com adolescentes e jovens, reconhecendo os sujeitos locais como produtores legítimos de conhecimento sobre o território.

Nesse processo, podem ser considerados os seguintes elementos analíticos:

- Histórico de ocupação e formação do território;
- Localização geográfica e características urbanas e ambientais;
- Dados demográficos e composição populacional;
- Indicadores socioeconômicos, educacionais, culturais, ambientais, de infraestrutura urbana, saúde e segurança pública;
- Mapeamento da incidência de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), preferencialmente com georreferenciamento das áreas de maior concentração de homicídios;
- Identificação de dinâmicas associadas ao mercado ilícito de drogas e à atuação do crime organizado;
- Levantamento de indicadores de vulnerabilidade juvenil, evasão escolar, desemprego juvenil, mortalidade violenta, internações relacionadas ao uso de álcool e outras drogas e índices de desenvolvimento humano;
- Mapeamento de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto;
- Identificação de equipamentos públicos, organizações sociais, iniciativas culturais, esportivas e comunitárias voltadas às juventudes;
- Levantamento de recursos sociais, políticos e culturais presentes no território;
- Identificação de lideranças comunitárias, fóruns locais, coletivos juvenis e redes de proteção social.

O levantamento, análise e sistematização dessas informações são fundamentais para orientar processos de articulação institucional, definição de prioridades, planejamento das ações e construção de estratégias territorializadas de prevenção e proteção social. Além disso, possibilitam que a implementação do PRONASCI Juventude seja sensível às especificidades locais, reconhecendo as potencialidades, dinâmicas comunitárias e formas de organização social presentes em cada território.

Assim, o território não é compreendido apenas como espaço físico delimitado administrativamente, mas como uma construção social, histórica e dinâmica, atravessada por relações de poder, pertencimento, memória, conflitos, identidades e formas de produção da vida social. No PRONASCI Juventude, o território constitui simultaneamente espaço de incidência das vulnerabilidades e dimensão estratégica para fortalecimento da cidadania, promoção da participação social e construção de trajetórias de proteção e desenvolvimento para adolescentes e jovens.

13.1 Da parceira com Organizações Locais

A partir do processo de territorialização, é possível identificar organizações que possam ser parceiras na implementação do projeto nos territórios, priorizando áreas com alta incidência de violências e vulnerabilidades associadas à política de drogas e à presença do crime organizado.

Assim, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento comunitário, são estabelecidas parcerias com organizações locais para a estruturação dos polos do projeto. Estas parcerias fortalecem as redes locais, na medida em que valorizam as organizações que já tem atuação e enraizamento no território contribuindo para o fortalecimento de suas estruturas e deixando um legado que permanecerá na comunidade após o encerramento do projeto. No entanto, é necessário que as organizações disponham da estrutura mínima para assegurar o funcionamento adequado do polo desde o início da execução do projeto. Diante da ausência desta estrutura, outra possibilidade é o estabelecimento de parcerias com instituições públicas que tenham atuação no território e estrutura adequada.

Também podem ser previstas parcerias com organizações comunitárias para a realização de atividades específicas como oficinas ou cursos do Pronatec. Nestes casos, é importante que sejam previstas contrapartidas para o uso dos espaços. No entanto, na medida do possível, recomenda-se que seja priorizado um espaço mais amplo que tenha condições de se constituir como polo e receber as diferentes modalidades de atividades previstas,

A centralização das atividades no espaço do polo facilita a logística de acompanhamento da equipe técnica, bem como a construção de referência no território. Por outro lado, em territórios muito amplos em que haja desafios de mobilidade e circulação, a descentralização de atividades em mais de um espaço pode facilitar o acesso dos jovens. Portanto, esta definição deve considerar os dados obtidos no processo de territorialização e a análise das especificidades territoriais em cada área de implementação do projeto.



Encontro Jovem na Associação de Moradores do Conjunto Esperança (02.02.2025)



Articulação de rede no Colégio Rubén Dario na Liberdade (22.04.2025)

No caso da experiência no Rio de Janeiro e Salvador, a coordenação local, optou em realizar parcerias com associação de moradores de cada um dos territórios do projeto. Assim, os polos de referência, ou seja, onde as equipes territoriais têm suas bases de trabalho, são em associações de moradores. Essa experiência poderá ser aplicada em outros contextos. Destaca-se que no plano de nacionalização, na parceria entre a Senad/MJSP e os Institutos Federais de Educação, os polos e as atividades podem encontrar espaço físico nas sedes dos IF's ou em polos destacados deles.

14. ESTRUTURAÇÃO DOS POLOS COMO ESPAÇOS DE REFERÊNCIA

A partir do processo de territorialização, será possível identificar os espaços físicos com maior potencial para acolher as atividades previstas no projeto. Sempre que possível, o ideal é buscar um espaço que tenha capacidade para receber as diferentes modalidades de atividades oferecidas pelo PRONASCI Juventude. Cada território escolhido para a implementação do projeto contará com um polo, que será estruturado como o principal espaço de referência para as ações realizadas com os adolescentes e jovens[11].

A estrutura deve ser compatível com o caráter territorial e intersetorial do projeto, priorizando o uso compartilhado de equipamentos públicos e comunitários, de modo a otimizar recursos e fortalecer a rede local, conforme diretrizes de políticas públicas voltadas à promoção de direitos, prevenção da violência e inclusão social.

Na definição do espaço que funcionará como polo do projeto no território, recomenda-se que a estrutura física tenha no mínimo:

[11] Como dito anteriormente, a definição dos espaços onde serão referenciados os polos, precisa se adequar a realidade local de cada território. Destaca-se que nos planos de trabalho dos TEDs com os Institutos Federais são disponibilizados recursos orçamentários para a equipagem desses polos, e ainda, com a possibilidade de locação de espaços. Existe ainda a possibilidade da cessão de espaço em articulação com Prefeituras, Governos Estaduais, etc.

- 1 sala de trabalho para equipe multidisciplinar
- 1 espaço para atendimentos que possibilite um ambiente reservado
- 2 espaços multiuso para a realização de atividades em grupo (oficinas, rodas de conversa, cursos, entre outros)
- 1 sala de reuniões
- 02 Banheiros
- Ar-condicionado (ou ventilação adequada)

Também é importante ter atenção à acessibilidade do espaço. Neste ponto, destaca-se tanto a acessibilidade para PcD, como também a escolha de localizações que não sejam de difícil acesso.

Mobiliário e equipamentos:

Mobiliário básico

- Mesas de trabalho (mín. 2 a 5, conforme equipe)
- Cadeiras ergonômicas para equipe
- Armário com chave para documentos
- Estante ou arquivo
- Mesa de reunião (ou adaptável)

Atendimentos e atividades

- Cadeiras móveis (mín. 20 a 50, considerando rodízio de grupos)
- Mesas dobráveis ou modulares
- Quadro branco ou flip chart
- Painéis ou murais

Equipamentos de informática e tecnologia

- Computadores ou notebooks (mín. 2 a 5)
- Impressora multifuncional (impressão, cópia, digitalização)
- Acesso à internet (wi-fi estável)
- Roteador/modem
- HD externo ou solução de armazenamento em nuvem
- Projetor multimídia (datashow)
- Caixa de som portátil
- Tablets
- Kit audiovisual básico (câmera ou celular institucional)
- Tripé simples

- Celulares institucionais (mín. 2 a 5)
- Chips com pacote de dados

15. CONJUNTO DE AÇÕES VOLTADAS AOS ADOLESCENTES E JOVENS BENEFICIÁRIOS DO PRONASCI JUVENTUDE

Deste ponto em diante, serão descritas as ações focalizadas na presença dos jovens e adolescentes no projeto. Veremos a seguir as ações necessárias para a seleção e acolhimento dos jovens, do acompanhamento multiprofissional, das oficinas formativas, das atividades coletivas, das saídas culturais, da articulação com a rede de proteção social e das estratégias de inclusão socioprodutiva, considerando as especificidades dos territórios e as trajetórias de vida dos participantes.

Nessa perspectiva, o conjunto de atividades desenvolvidas está organizado de forma progressiva e integrada, combinando estratégias de arte-educação, fortalecimento comunitário, formação cidadã, qualificação profissional e inclusão produtiva. desde o percurso formativo, passando pelo atendimento, A seguir será possível compreender como se dão os fluxos de atendimentos na implementação do PRONASCI Juventude. Destacamos que os pontos a seguir são estruturantes para o bom acompanhamento dos adolescentes e jovens que serão beneficiários do projeto.

15.1 Das Portas de entrada

Como vimos anteriormente, o acesso ao projeto pode se dar por diferentes meios:

- Encaminhamentos realizados por meio do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Sistema Único de Saúde (SUS) ou do Sistema de Educação.
- Encaminhamentos realizados por atores do território
- Demanda espontânea
- Busca ativa
- Mobilização territorial
- Edital de chamamento

Entretanto, apesar da diversidade de portas de entrada e estratégias de mobilização possíveis, destacamos que para garantir que o público prioritário do projeto seja alcançado, as ações devem privilegiar atividades de inscrições presenciais nos territórios.

15.2 Termo de adesão ao PRONASCI Juventude

Entretanto, apesar da diversidade de portas de entrada e estratégias de mobilização possíveis, destacamos que para Após a seleção dos jovens que serão acompanhados pelo projeto, o primeiro procedimento que antecede o início das atividades é a assinatura do Termo de adesão ao PRONASCI Juventude (em anexo) [unodc1] e a pactuação dos compromissos para a participação no projeto. O termo de adesão estabelece um compromisso de participação dos jovens em 75% das atividades globais do projeto para a manutenção do apoio mensal. É importante ressaltar que este percentual não se refere à frequência em cada atividade específica prevista, mas ao engajamento no projeto como um todo. No caso dos adolescentes, o termo de adesão será assinado por um responsável.

Neste momento, também é importante que a equipe técnica providencie o cadastramento dos dados necessários para a efetivação do apoio financeiro que será disponibilizado mensalmente.



TERMO DE ADESÃO
(Jovens acima de 18 anos e/ou emancipados)

Eu, _____, respondendo ao nome social _____, portador (a) do RG nº _____ e portador(a) do CPF nº _____ venho por meio deste termo **ADERIR** ao projeto **Pronasci Juventude.**

i. Declaro ciência e acordo em participar das atividades do Pronasci Juventude, uma iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública, através da Secretaria Nacional de Política de Drogas e Gestão de Ativos (SENAD), realizado em parceria com Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), através do Termo de Execução Descentralizada nº 07/2023, que visa a implementação do Projeto PRONASCI Juventude nos Municípios do Rio de Janeiro/RJ e de Salvador/BA.
ii. Declaro estar ciente que o pagamento do Auxílio Financeiro está condicionado a 75% da minha frequência global nas Oficinas de Arte, Cultura e Esporte; Oficinas do PRONATEC e inclusão socioprodutiva, além do acompanhamento multiprofissional.
iii. Autorizo a utilização e compartilhamento dos meus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, a fim de possibilitar a minha efetiva participação no Pronasci Juventude.
iv. Declaro que o telefone e e-mail informados são de minha propriedade e autorizo a equipe do Pronasci Juventude a enviar mensagens por esses canais utilizando os dados e autorizações informados por mim no formulário de inscrição, para fins participação das atividades do projeto.

Salvador, ___ de _____ de 202___.

_____
Assinatura

_____
Assinatura de membro da equipe Territorial e/ou Regional

15.3 Do percurso formativo dos adolescentes e jovens

O percurso formativo dos adolescentes e jovens, prevê a permanência deles durante um período de 12 meses, com o recebimento de bolsa permanência no valor de R$500,00 (quinhentos reais mensais). Da leitura dos planos de trabalho e dos relatórios desenvolvidas pelas equipes em atuação no PRONASCI Juventude, foi possível compreender que esse trajeto, está definido em três etapas:

Primeira etapa (mês 1 ao 3)

- Oficinas de múltiplas linguagens
- Acompanhamento multiprofissional
- Construção do Plano de Envolvimento Social (PES)
- Saídas culturais

Segunda etapa (mês 4 a 8)

- Acompanhamento multiprofissional
- Elevação de escolaridade e formação profissional (Cursos do Pronatec)
- Saídas culturais
- Desenvolvimento do Plano de Envolvimento Social (PES)

Terceira etapa (mês 9 a 12)

- Oficinas no eixo de inclusão socioprodutiva
- Acompanhamento multiprofissional
- Encaminhamentos para inclusão socioprodutiva
- Saídas Culturais
- Consolidação do Plano de Envolvimento Social (PES)

Compreendida essas fases, abaixo serão descritas cada uma das ações que deverão ser realizadas pelas equipes do projeto, durantes os 12 meses de acompanhamento contínuo com os jovens e adolescentes desde as portas de entrada até a etapa de inclusão socioprodutiva. É importante salientar, que o que será descrito tem como fonte as experiências em andamento. Todas as ações, estão previstas nos planos de trabalho estabelecidos entre a Senad/MJSP e os parceiros para a implementação do PRONASCI Juventude.

15.4 Oficinas de múltiplas linguagens

As oficinas de múltiplas linguagens serão oferecidas nos territórios priorizados pelo PRONASCI Juventude, e deverão integrar o plano pedagógico elaborado pela equipe regional, em articulação com as equipes territoriais. Na estratégia metodológica do projeto, as oficinas são espaços de fortalecimento de vínculos, convivência social, promoção de direitos e desenvolvimento de habilidades individuais, coletivas e comunitárias. Elas serão conduzidas por oficineiros que atuam com diferentes linguagens nos campos da arte, cultura, comunicação, esporte e lazer, e acompanhadas pelas equipes territoriais.



Oficina de Grafitti no Polo Penha (10.12.2025)



Oficina de Fotografia no Polo Fazenda Coutos (09.07.2025)

Na primeira etapa do projeto, serão priorizadas oficinas de arte-educação desenvolvidas em ciclos de 3 meses. A partir do segundo trimestre, os novos ciclos de oficinas serão desenhados com base nos temas que forem identificados como prioritários para os jovens acompanhados em cada território de implementação do programa.

A despeito da diversidade de modalidades formativas que podem ser ofertadas, o planejamento das oficinas deve ser norteado pelos seguintes objetivos específicos:

- Ampliação de repertórios que potencializem novas experiências e oportunidades para os adolescentes e jovens;
- Desenvolvimento de habilidades e competências individuais e coletivas;
- Fortalecimento da autonomia, autoconfiança e autoestima dos participantes;
- Reconhecimento das potencialidades do território;
- Promoção da cidadania ativa;
- Estimular o respeito às diferenças, fomentando a convivência coletiva, a ampliação da sociabilidade, bem como a criação de estratégias para a resolução de conflitos;

É importante ressaltar que a ampliação de repertórios e o desenvolvimento de habilidades podem ser voltados tanto para elementos objetivos, como por exemplo, oferecer conceitos, metodologias e ferramentas que contribuam para a qualificação profissional dos jovens visando impulsionar a sua inclusão produtiva, como para aspectos mais subjetivos e relacionais como estimular a criação, formas de expressão, e a ampliação da sociabilidade.

O elemento central que deve orientar a escolha das oficinas que serão ofertadas no decorrer do projeto é a busca de modalidades que dialoguem com os interesses dos jovens e as potencialidades do território.

Nesse sentido, recomenda-se priorizar a seleção de oficineiros que tenham vínculo com o território. A participação de oficineiros que sejam moradores ou que tenham relação prévia com o território contribui para a construção da vinculação, conexão com os jovens e pertencimento. O conhecimento prévio das dinâmicas, desafios e potencialidades do território também contribui para a construção de estratégias que fortaleçam o desenvolvimento comunitário.



Oficina de Moda no polo Manguinhos (05.11.2025)



Oficina de Serigrafia no polo Liberdade (20.08.2025)

Outros requisitos fundamentais para a escolha dos oficineiros são a habilidade de trabalho com os públicos prioritários do projeto e uma boa compreensão das diretrizes metodológicas que orientam o PRONASCI Juventude. Nesse sentido, é importante garantir espaços de alinhamento metodológico da equipe regional e territorial com os oficineiros.

Em relação à didática, é fundamental priorizar metodologias participativas. Para tanto, podem ser exploradas dinâmicas de grupo, linguagens artísticas, recursos lúdicos, entre outros, a depender do objetivo central da oficina. As oficinas devem articular a dimensão expositiva com exercícios práticos priorizando o uso de ferramentas e linguagens que potencializem o engajamento dos jovens, a participação ativa do grupo e a apropriação prática dos conteúdos que forem trabalhados.

Além disso, é necessário garantir um ambiente seguro e acolhedor, que possibilite o estabelecimento de relações de confiança e o fortalecimento de vínculos.

Em relação ao número de participantes, recomenda-se que as turmas das oficinas sejam planejadas para atender de 20 a 30 jovens. Este limite de participantes é importante para possibilitar uma boa interação do grupo, bem como um acompanhamento mais aproximado por parte dos oficineiros.

Outro aspecto que deve ser considerado é a criação de estratégias para o acolhimento de crianças, tendo em vista que jovens mães integram os públicos prioritários do projeto. Muitas vezes estas jovens não contam com uma rede de apoio para cuidar de seus filhos, o que pode comprometer a sua participação no projeto. Assim, é importante que sejam oferecidas alternativas para as mães que precisarem trazer seus filhos para as atividades. Nesse sentido, podem ser oferecidos espaços de acolhimento e atividades de recreação para as crianças desenvolvidas por educadores especializados, em paralelo ao horário das atividades realizadas pelas mães.

O acompanhamento metodológico das oficinas pode se dar por meio de diferentes mecanismos: acompanhamento das oficinas por técnicos da equipe territorial; reuniões com oficineiros e escuta dos jovens participantes.

Abaixo, uma planilha com as oficinas realizadas no PRONASCI Juventude – Rio de Janeiro, que apresenta alguns temas que foram desenvolvidos nos territórios. É importante salientar, que os temas das oficinas são definidos a partir dos interesses demonstrado pelos adolescentes e jovens durante as escutas realizadas desde as entrevistas de acolhimento.

CATEGORIA	OFICINA	TERRITÓRIOS
Arte e Cultura	Oficina de audiovisual	Alemão Manguinhos Maré Conjunto Esperança Maré Rubens Vaz Penha
Arte e Cultura	Oficina de Fotografia	Alemão Manguinhos Maré Conjunto Esperança Maré Rubens Vaz Penha
Arte e Cultura	Oficina de Grafite	Alemão Manguinhos Maré Conjunto Esperança Maré Rubens Vaz Penha
Arte e Cultura	Oficina de Slam, Poesia e Hip Hop	Alemão (2025)
Arte e Cultura	Oficina de Teatro	Alemão Manguinhos Maré Conjunto Esperança
Arte e Cultura	Oficina de Poesia	Manguinhos Maré Rubens Vaz
Arte e Cultura	Oficina de Produção Musical	Manguinhos (2025)
Arte e Cultura	Oficina de DJ	Maré Conjunto Esperança

DIMENSÃO	PROJETO TÔ DE BOA	PRONASCI JUVENTUDE
Arte e Cultura	Oficina de Danças Urbanas	Maré Conjunto Esperança Penha
Arte e Cultura	Oficina de Danças Brasileiras	Penha
Arte e Cultura	Oficina de Vivências Criativas	Maré Rubens Vaz
Arte e Cultura	Oficina de Artesanato e Upcycling	Maré Conjunto Esperança
Educação e Tecnologia	Oficina de Informática	Alemão Penha
Educação e Tecnologia	Oficina de Mídias Sociais	Manguinhos Maré Rubens Vaz Penha
Educação e Tecnologia	Oficina de Operador de Drone	Manguinhos
Empregabilidade e Geração de Renda	Oficina de Trança	Alemão Manguinhos Maré Conjunto Esperança Maré Rubens Vaz Penha
Empregabilidade e Geração de Renda	Oficina de Designer de Cílios	Alemão
Empregabilidade e Geração de Renda	Oficina de Moda	Manguinhos Penha
Empregabilidade e Geração de Renda	Oficina de Elétrica	Manguinhos

DIMENSÃO	PROJETO TÔ DE BOA	PRONASCI JUVENTUDE
Empregabilidade e Geração de Renda	Oficina de Cílios e Sobrancelha	Manguinhos Maré Conjunto Esperança
Empregabilidade e Geração de Renda	Oficina de Barbearia	Maré Conjunto Esperança Maré Rubens Vaz Penha
Empregabilidade e Geração de Renda	Oficina de Automaquiagem	Maré Rubens Vaz
Empregabilidade e Geração de Renda	Oficina de Designer de Sobrancelhas	Maré Rubens Vaz
Esporte e Bem-Estar	Oficina de Esporte	Maré Rubens Vaz

Figura 2. Quadro das oficinas realizadas nos Polos do PRONASCI Juventude no Rio de Janeiro de 2025 a 2026.

15.5 Acompanhamento longitudinal[12]

O processo de acompanhamento longitudinal dos jovens será realizado ao longo de todo o projeto e contemplará diferentes modalidades de atividades:

- Atendimentos individuais
- Atividades em grupo
- Visitas domiciliares
- Busca ativa
- Estudos de caso
- Articulação com a rede de proteção social e garantia de direitos

Todas essas atividades serão refletidas no Plano de Envolvimento Social que veremos a seguir. Abaixo, a descrição de cada uma das ações que configuram o acompanhamento longitudinal.

[12] O acompanhamento dos adolescentes e jovens pela equipe multidisciplinar é realizado de forma contínua ao longo de todo o projeto, priorizando o registro da evolução e das mudanças ocorridas em múltiplas dimensões da vida dos participantes no decorrer de suas trajetórias no Pronasci Juventude.

15.6 Atendimentos individuais

Os atendimentos individuais envolvem atendimentos psicossociais e jurídicos e a construção de um Plano de Envolvimento Social (PES)[13]. Quando o/a jovem inicia sua participação no projeto, em paralelo à inserção nas oficinas, tem início o processo de acompanhamento pela equipe multidisciplinar. O primeiro passo é a realização de uma entrevista que dará início à construção do Plano de Envolvimento Social (PES) de cada jovem participante do projeto. Esta escuta irá abordar múltiplas dimensões da vida do/a jovem (estrutura e relações familiares, relações sociais e afetivas; saúde, escolaridade, experiências profissionais, documentação, experiências de violência, acesso a justiça, entre outros), buscando mapear suas principais demandas, interesses e redes de relações quando ingressa no projeto. O ideal é que esta primeira escuta seja realizada por dois técnicos da equipe, que possam se constituir como técnicos de referência para o processo de acompanhamento do/a jovem.
Este primeiro momento deve ser pautado por uma escuta qualificada ativa, empática, ética e isenta de julgamentos. A escuta qualificada buscará criar um ambiente de acolhimento que possibilite a identificação de demandas prioritárias, o início da construção de vínculo e de uma relação de confiança entre o/a jovem e os técnicos de referência.

O mapeamento inicial das demandas e interesses trazidos pelo/a jovem irá orientar o começo da construção do seu Plano de Envolvimento Social (PES) e a elaboração de estratégias de intervenção orientadas por uma perspectiva interdisciplinar e intersetorial. A partir daí, serão realizados atendimentos psicossociais, jurídicos e encaminhamentos para a rede de proteção social e garantia de direitos.

Os dados relativos aos atendimentos iniciais, bem como os encaminhamentos decorrentes das demandas identificadas, serão registrados em instrumentos específicos. Nem sempre as demandas prioritárias irão emergir em um primeiro encontro. Na medida em que a relação de confiança com os técnicos de referência se amplia, será possível avançar em um acompanhamento mais aprofundado e dialogar sobre novas dimensões da vida cotidiana dos jovens, suas expectativas, desafios e potencialidades.



Atendimento Individual no polo Maré Conjunto Esperança (02.02.2004)

[13] Durantes os primeiros meses da execução do projeto no Rio de Janeiro e Salvador, o PES estava consolidado em um modelo de planilha em Excel. Atualmente, todos os campos do PES estão espelhados no Sistema do Pronasci Juventude que será descrito no capítulo – Do Monitoramento e Avaliação.

Com base no acompanhamento longitudinal, o Plano de Envolvimento Social (PES) dos/as jovens será atualizado regularmente no decorrer do projeto, o que possibilitará um acompanhamento qualitativo de suas trajetórias e a identificação dos avanços e desafios no campo da promoção do acesso a direitos, e no processo de construção e ressignificação de projetos de vida dos/asparticipantes do projeto. A alimentação contínua do PES ao longo da execução de todo o projeto é um instrumento central para o processo de acompanhamento dos adolescentes e jovens. Para facilitar os fluxos de organização da equipe e um acompanhamento mais aprofundado dos jovens recomenda-se que a equipe estabeleça uma distribuição do número de jovens por técnico de referência (ou seja, cada técnico será responsável pelo acompanhamento continuado de um determinado número de jovens).

15.7 Visitas domiciliares

As visitas domiciliares também são um recurso importante para o acompanhamento. Elas podem ser utilizadas para a criação de vínculos, em diferentes situações nas quais o/a jovem esteja impossibilitado/a de comparecer ao polo do projeto, e para o aprofundamento de dinâmicas relacionadas ao contexto familiar e ao local de moradia dos/as jovens. Além disso, podem ser estratégicas para o fortalecimento da relação com a rede socioassistencial, tendo em vista a promoção do acesso a direitos, uma vez que são um recurso importante dos serviços de base territorial em processos de matriciamento (Chiaverine, 2011).

Abaixo, um exemplo de realização de visita domiciliar.

EXEMPLO DE VISITA DOMICILIAR

Um adolescente de 17 anos, morador de um território priorizado pelo PRONASCI Juventude, com histórico de evasão escolar, baixa participação recente nas atividades do projeto e exposição recorrente a situações de violência no território.

Após algumas tentativas de contato e identificação de dificuldades para comparecimento ao polo, a equipe técnica territorial organiza uma visita domiciliar composta por uma/a assistente social, um/a psicólogo/a e um/a redutor/a de danos. A visita é previamente planejada pela equipe, considerando informações registradas no Plano de Envolvimento Social (PES), demandas identificadas durante os acompanhamentos anteriores e possíveis riscos associados ao contexto familiar e comunitário.

Durante a visita, a equipe realiza uma escuta qualificada do adolescente e de sua responsável familiar, buscando compreender os fatores relacionados ao afastamento das atividades, as condições de moradia, a dinâmica familiar, as experiências de violência no território e as principais demandas de proteção social. O/a assistente social identifica dificuldades relacionadas ao acesso a benefícios socioassistenciais e à permanência escolar, realizando orientações e encaminhamentos para o CRAS e para a rede educacional. O/a psicólogo/a acolhe questões relacionadas ao sofrimento psíquico decorrente das experiências de violência e insegurança vivenciadas pelo adolescente, articulando encaminhamento para acompanhamento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), quando necessário. Já o/a redutor/a de danos atua no fortalecimento do vínculo com o jovem, dialogando sobre estratégias de proteção, circulação segura no território, fortalecimento das redes de apoio e possibilidades de retomada gradual da participação nas atividades do projeto.

A luz do exemplo acima, é possível compreender que as visitas domiciliares, compõem o conjunto de ações voltadas ao acompanhamento do jovem, além do acompanhamento familiar, a visita domiciliar também possibilita à equipe ampliar a compreensão sobre as dinâmicas territoriais que impactam a trajetória do adolescente, fortalecendo estratégias de articulação com a rede local de proteção social e garantia de direitos. A partir da visita, a equipe poderá construir um plano de acompanhamento mais adequado às necessidades identificadas, incluindo busca ativa, flexibilização de estratégias de participação, articulação com serviços públicos (CRAS, Rede de Educação, entre outros de acordo com cada caso), e inclusão em atividades coletivas que fortaleçam vínculos comunitários, proteção social e construção de projetos de vida. Nesse sentido, a visita domiciliar deixa de ser apenas uma ação pontual de acompanhamento e passa a constituir uma ferramenta estratégica de cuidado integral, aproximação comunitária e promoção do acesso a direitos.

15.8 Busca Ativa

A busca ativa é uma estratégia que possibilita a aproximação e a criação de vínculos com públicos que não procuram as instituições ou apresentam desafios de adesão ao projeto. Nesse sentido, para além da dinâmica dos atendimentos que serão realizados nos polos de referência nos territórios, é importante prever momentos em que os técnicos se desloquem para outros contextos que são relevantes na dinâmica cotidiana dos jovens. As visitas domiciliares podem ser parte da estratégia de busca ativa. No entanto, é importante destacar que esta estratégia não se limita ao contexto domiciliar. A proposta central é que a equipe técnica possa ir aos locais nos quais os jovens estão ampliando as possibilidades de conexão com os públicos prioritários do projeto.

Assim como as visitas domiciliares a busca ativa, auxilia a equipe na construção da Planilha de Assiduidade Afirmativa que veremos a seguir.

15.9 Estudos de caso

Os estudos de caso são uma ferramenta relevante para o aprofundamento de reflexões metodológicas a partir de perspectivas interdisciplinares e intersetoriais. A construção de um estudo de caso pode partir tanto de um desafio identificado em um caso individual, como de desafios relacionados a um grupo, instituição ou território. Mesmo que o ponto de partida seja o debate sobre um caso individual, é fundamental que o caso seja analisado levando em conta os contextos em que está inserido.

A realização de estudos de casos no âmbito do processo de acompanhamento possibilitará aprofundar a análise sobre a trajetória dos jovens e a evolução de seus planos de envolvimento social contemplando as perspectivas dos diferentes profissionais envolvidos, fortalecendo a construção de projetos de intervenção interdisciplinares e fundamentando a tomada de decisão sobre encaminhamentos.

A depender da situação que motive a seleção do caso para análise, o estudo de caso pode ser realizado em reunião da equipe técnica do projeto ou em reunião com parceiros da rede socioassistencial.

Estudo de Caso – Exemplo

Um jovem de 18 anos, participante do PRONASCI Juventude, residente em Nordeste de Amaralina, Salvador, encontrava-se em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, em Liberdade Assistida (LA), acompanhada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social, em decorrência de ato infracional relacionado ao tráfico de drogas. Durante o acompanhamento longitudinal realizado pela equipe do projeto, foram identificadas dificuldades de permanência escolar, fragilidade nos vínculos familiares, exposição recorrente à violência territorial e pressão exercida por grupos armados locais para retomada de atividades ilícitas. Apesar da inserção em oficinas de arte-educação e do acompanhamento psicossocial realizado pelo PRONASCI Juventude, o jovem acabou sendo novamente apreendido após envolvimento em um novo ato infracional relacionado ao transporte de drogas no território.

Diante da reincidência, a equipe multidisciplinar do PRONASCI Juventude realizou estudo de caso intersetorial envolvendo o CREAS, a Defensoria Pública, a equipe técnica da medida socioeducativa e serviços da rede de saúde e educação. O estudo de caso buscou compreender os fatores estruturais e subjetivos relacionados à reincidência, evitando uma análise exclusivamente punitiva da situação.
Durante as discussões, foram identificados elementos como insegurança alimentar da família, ausência de renda, interrupção do vínculo escolar, sofrimento psíquico relacionado à violência armada no território e ameaças sofridas pelo jovem após tentativa anterior de afastamento do grupo criminoso local.
A Defensoria Pública passou a acompanhar juridicamente o caso, atuando na garantia do devido processo legal e na defesa da aplicação de medidas compatíveis com a proteção integral prevista no ECA e no (SINASE). Paralelamente, o CREAS fortaleceu o acompanhamento familiar e articulou acesso prioritário da família a benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda.
Como encaminhamento pactuado entre os serviços, foi construído um Plano Integrado de Acompanhamento envolvendo: retomada gradual da escolarização; acompanhamento intensivo pela equipe psicossocial; fortalecimento da participação nas atividades coletivas e oficinas do PRONASCI Juventude; acompanhamento jurídico continuado pela Defensoria Pública; e ampliação das estratégias de proteção territorial para redução da exposição do jovem às dinâmicas de violência local.

Também foram realizadas visitas domiciliares conjuntas entre a equipe do PRONASCI Juventude e o CREAS, além da inclusão do jovem em atividades de inclusão socioprodutiva e aprendizagem profissional. Após alguns meses de acompanhamento articulado, observou-se retomada da frequência escolar, maior adesão às atividades do projeto, fortalecimento dos vínculos familiares e redução da exposição às situações de risco territorial. O caso evidencia a importância da atuação intersetorial e da construção de respostas integradas de proteção social, acesso à justiça e acompanhamento comunitário para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada e em conflito com a lei.

15.10 Articulação com a rede de proteção social e garantia de direitos

A articulação de rede é uma estratégia central para a implementação do projeto em todas as suas etapas. Desde o processo de territorialização, mobilização de parceiros e participantes do projeto, até o acompanhamento propriamente dito. O PRONASCI Juventude busca promover a cidadania e a garantia de direitos dos adolescentes e jovens atendidos a partir de um enfoque de proteção e cuidado integral. Para isso, a articulação com redes e serviços públicos nos campos da educação, saúde, assistência social, geração de trabalho e renda, cultura e acesso a justiça é essencial.
No processo de acompanhamento dos jovens, a realização de encaminhamentos para a rede de proteção a partir das demandas identificadas será uma das ações relevantes para possibilitar o acesso e a efetivação de direitos em diferentes campos (saúde, assistência social, justiça, trabalho e renda, dentre outros). Em algumas situações, pode ser importante que a equipe técnica acompanhe os jovens nos serviços como, por exemplo, em casos de denúncia de violação de direitos ou quando houver alguma dificuldade mais concreta de acesso ao serviço.

Outra frente de ação que pode ser estratégica é a participação em reuniões técnicas, espaços de articulação como fóruns e comitês, a realização de estudos de casos cujo acompanhamento seja compartilhado e a organização de encontros que possam contribuir para a sensibilização de profissionais da rede para especificidades relativas ao atendimento de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada.

O fortalecimento de uma rede intersetorial que articule os principais equipamentos públicos, atores locais e instituições de base territorial é fundamental para a promoção e ampliação do acesso a direitos e o aperfeiçoamento de fluxos de atendimento a partir de uma metodologia pautada no enfoque da proteção integral. Uma rede sensibilizada, mobilizada e bem articulada também é muito importante para garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas.

Utilizamos aqui como exemplo, a articulação entre a FUNDAC[14] e a equipe do PRONASCI Juventude em Salvador. Em um primeiro momento, foram realizadas reuniões no nível da gestão nacional e regional do projeto, apresentando seus objetivos e os territórios de implementação. Em seguida, a FUNDAC realizou um levantamento do perfil dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, em Liberdade Assistida, nos territórios de implementação do PRONASCI Juventude. Em seguida, as equipes territoriais realizarão as Entrevista de Acolhimento, seguida da assinatura do Termo de adesão ao projeto.

[14] A Fundação da Criança e do Adolescente -FUNDAC é o órgão do Governo do Estado da Bahia responsável pela execução das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Cabe salientar que a articulação com a rede de proteção e garantia de direitos, está implícita na pactuação entre a Senad/MJSP e os Institutos Federais, cabendo aos IF's, a mobilização local da rede.

Assim, a articulação com a rede de proteção social e garantia de direitos é fundamental para assegurar atendimento integral, encaminhamentos qualificados e fortalecimento comunitário junto ao público atendido pelos projetos sociais e de prevenção. Essa articulação deve considerar instituições governamentais, organizações da sociedade civil e equipamentos comunitários estratégicos do território, promovendo atuação intersetorial e compartilhamento de responsabilidades.

Entre os principais exemplos de articulação institucional, destacam-se:

Serviços da assistência social, articulação territorial com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e com os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), para acompanhamento familiar, acesso a benefícios socioassistenciais, enfrentamento de violações de direitos e fortalecimento de vínculos;

Equipamentos da saúde pública vinculados ao Sistema Único de Saúde, incluindo Unidades Básicas de Saúde (UBS), equipes de Saúde da Família, CAPS e CAPSi, para atenção psicossocial, saúde mental, prevenção ao uso problemático de álcool e outras drogas e promoção da saúde integral;

Instituições da rede educacional, como escolas públicas municipais e estaduais, Institutos Federais, secretarias de educação e programas de educação de jovens e adultos, visando permanência escolar, combate à evasão e fortalecimento de projetos de vida;

Órgãos do sistema de garantia de direitos, como Conselho Tutelar, Ministério Público, Defensoria Pública e Vara da Infância e Juventude, especialmente em situações de violência, exploração, negligência ou violação de direitos;

Equipamentos e iniciativas de cultura, esporte e lazer, como centros culturais, bibliotecas comunitárias, coletivos juvenis, projetos esportivos, pontos de cultura e associações comunitárias, fortalecendo pertencimento territorial, convivência comunitária e desenvolvimento de habilidades;



Oficina de Fotografia no polo Rubens Vaz (07.10.2025)



Oficina de Dança no polo Liberdade (25.08.2025)

Organizações da sociedade civil, movimentos sociais, associações de moradores, coletivos periféricos, organizações religiosas e iniciativas comunitárias que atuem com juventude, direitos humanos, igualdade racial, gênero, migração e prevenção das violências;



Reunião com Parceiro CUFA (19.03.2025)



Articulação de Rede Esconderijo do Altíssimo em Paripe (25.06.11)

Serviços de qualificação profissional e inclusão produtiva, como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), programas de aprendizagem, economia solidária e agências públicas de emprego;



Reunião de Avaliação dos Encontros Jovens na Escola de Talentos (10.03.2025)



Formação PRONATEC de barbeiro em Fazenda Coutos (10.06.2026)

Equipamentos de segurança cidadã e prevenção, incluindo guardas municipais, programas de policiamento comunitário e fóruns territoriais de prevenção à violência, quando alinhados a abordagens de proteção integral e direitos humanos;



Articulação de rede Bahia Pela Paz (29.04.2025)

Organismos internacionais, universidades e centros de pesquisa[15] que possam apoiar ações de formação, monitoramento, produção de evidências e fortalecimento metodológico das iniciativas.



Capacitação UNB no Pronasci Juventude Salvador (14.08.2025)



Articulação de rede com IFRJ (25.02.2025)

Na prática, a articulação com essa rede pode ocorrer por meio de:

- reuniões intersetoriais;
- construção de fluxos de encaminhamento;
- visitas institucionais;
- pactuação de ações conjuntas;
- participação em fóruns territoriais;
- realização de oficinas e atividades comunitárias integradas;
- elaboração compartilhada de estratégias de proteção e acompanhamento dos adolescentes e jovens atendidos;
- reuniões do Comitê Gestor Local

O fortalecimento dessa rede contribui para ampliar o acesso a direitos, reduzir situações de vulnerabilidade social e promover respostas mais integradas frente às múltiplas violências que impactam adolescentes e jovens nos territórios.

15.11 Atividades em grupo

Além das oficinas de arte-educação, que contarão com a participação de oficineiros especializados em diferentes linguagens, também serão desenvolvidas atividades coletivas formuladas e conduzidas pela própria equipe territorial. Nesta perspectiva, podem ser organizadas **rodas de conversa sobre temas centrais** para o projeto (cidadania, acesso a direitos, projeto de vida, redução de danos e riscos, relações étnico-raciais, gênero e sexualidade, qualificação profissional, formação política etc.); oficinas que potencializem a

[15] Cabe destacar que as equipes do PRONASCI Juventude no Rio de Janeiro e Salvador participaram de um processo formativo ofertado pela Universidade de Brasília – UnB, fruto da parceria com a Senad, através do TED n.2/2024, com o objetivo de "Capacitação e produção de evidência ciência de/sobre profissionais do sistema socioeducativo e profissionais de outros sistemas que atuam em sua interface – de justiça, de saúde e de assistência social – sobre manejo em álcool e outras drogas, saúde mental e habilidades laborais".

construção de projetos de vida; atividades culturais (cine clubes, circulação por equipamentos culturais do território, eventos culturais) e participação em atividades comunitárias e espaços de articulação do território. O desenvolvimento destas atividades coletivas ao longo do projeto contribuirá para o fortalecimento da relação dos jovens com a equipe territorial e para o aprofundamento de temas que dialoguem diretamente com os interesses dos jovens e ampliem horizontes e ferramentas para a construção e ressignificação de projetos.

As saídas culturais, se consolidam assim como uma possibilidade de atividade coletiva. Destacadas como um desafio frente as dinâmicas do crime organizado nos territórios de implementação do PRONASCI Juventude, sobretudo no Rio de Janeiro, que impõem restrições de suas redes de sociabilidade e os limites de circulação pela cidade.
Para fazer frente a estes desafios, propõe-se a realização de saídas culturais em grupo no decorrer do projeto. Estas atividades objetivam possibilitar vivências que contribuam para a ampliação dos capitais culturais e sociais dos jovens e de sua mobilidade pela cidade. Estas saídas podem ser para a participação em eventos culturais, visitas a locais como museus, teatros, parques, pontos turísticos ou outros espaços da cidade que mobilizem o interesse dos jovens. Mais do que atividades de lazer, estas saídas culturais buscarão promover o acesso a novos espaços e conhecimentos, o fortalecimento das relações entre o grupo, a ampliação da mobilidade espacial dos jovens e o exercício concreto do "direito à cidade" (Lefebvre, 2001).





Outra possibilidade de ação que também pode ser desenvolvida nesta perspectiva é a construção de intervenções no espaço público. Neste caso, é possível, por exemplo, incluir no planejamento das oficinas algum momento de apresentação dos resultados do que for produzido coletivamente, que envolva uma intervenção urbana fomentando o diálogo com outros públicos e espaços da cidade.

16. ESTRATÉGIA PARA A ELEVAÇÃO DE ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

15.1 Os cursos PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

O **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego** (Pronatec) é uma iniciativa do governo federal do Brasil, criada pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) serão o foco da oferta inicial aos jovens do PRONASCI Juventude. Estes cursos possuem duração até 3 meses e meio. Levando em conta a diversidade dos perfis dos jovens que são públicos prioritários do Pronasci Juventude, a proposta é construir um cardápio de cursos de curta duração, que capacitem os participantes em áreas profissionais de grande demanda, contribuindo para a elevação de sua escolaridade e para a ampliação de oportunidades no mercado de trabalho. Para facilitar

o acesso a estas formações, é importante mapear os espaços físicos nos territórios de implementação do PRONASCI Juventude e entorno que tenham estrutura adequada para receber os cursos. É possível estabelecer parcerias, seja com organizações territoriais ou equipamentos públicos, para este fim.

Para a definição dos cursos que serão priorizados em cada território de implementação do projeto, recomenda-se que a primeira etapa do processo, seja o levantamento de interesse dos jovens nos cursos FIC ofertados segundo a lista de cada estado onde o PRONASCI Juventude será implementado.
Para isso, a equipe pode elaborar um formulário digital no qual cada participante possa declarar seu nível de interesse em cada curso, a partir das seguintes classificações: muito interesse, médio interesse ou pouco interesse.

Antes do preenchimento do formulário, é interessante que os cursos sejam apresentados para os jovens pelos técnicos da equipe territorial, buscando facilitar a compreensão das opções disponíveis. Essa apresentação realizada pela equipe, buscará qualificar a escolha e favorecer a autonomia dos participantes, em alinhamento com as diretrizes do projeto, que valorizam a escuta qualificada e o apoio informado às decisões.

Em seguida, o formulário digital de levantamento de interesses dos jovens pode ser aplicado com os participantes do PRONASCI Juventude. Após o recebimento e análise dos formulários, a etapa de alocação dos jovens nas turmas dos cursos do PRONATEC deve levar em consideração um conjunto de critérios que busquem equilibrar preferências individuais, capacidade das turmas, prioridade territorial e a garantia de que todos os participantes sejam contemplados em ao menos um curso.

Assim, a integração de adolescentes e jovens aos cursos do Pronatec é estratégica para a elevação da escolaridade e o acesso à formação técnica e tecnológica. Essa inserção ocorre de forma planejada, sendo priorizada nos últimos 4 meses do acompanhamento longitudinal realizado pelo programa. Nesse momento, os jovens são encaminhados para fluxos de inserção produtiva compatíveis com as demandas vigentes do mercado de trabalho nas regiões atendidas pelo PRONASCI Juventude.

Aula inaugural do PRONATEC Pronasci Juventude em Salvador | Foto: André Fofano



17. APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

A aprendizagem profissional e a inclusão socioprodutiva constituem eixos estratégicos do PRONASCI Juventude, sendo compreendidas como instrumentos fundamentais para a promoção da autonomia, ampliação do acesso a direitos e prevenção das violências que impactam adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada. No contexto do projeto, a inclusão produtiva não se limita ao acesso ao mercado de trabalho, mas integra uma abordagem mais ampla de desenvolvimento humano, fortalecimento de projetos de vida e construção de alternativas lícitas de inserção social e econômica. Essa perspectiva dialoga diretamente com o conceito de Desenvolvimento Alternativo (DA) adaptado ao contexto urbano brasileiro, que reconhece a centralidade da geração de oportunidades educacionais, profissionais e econômicas como estratégia de prevenção ao aliciamento de jovens pelo crime organizado e pelas economias ilícitas.

A aprendizagem profissional configura-se como um importante mecanismo para operacionalizar essa estratégia, possibilitando o ingresso protegido de adolescentes e jovens no mundo do trabalho por meio de processos formativos que articulam atividades teóricas e práticas. Amparada pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela legislação trabalhista referente à política de aprendizagem, essa modalidade promove qualificação técnico-profissional metódica e garante que empresas cumpram papel social na formação de adolescentes e jovens aprendizes. No âmbito do PRONASCI Juventude, a aprendizagem profissional poderá atuar como continuidade das trajetórias construídas durante o acompanhamento longitudinal, fortalecendo perspectivas de autonomia financeira, pertencimento social e desenvolvimento de competências profissionais e socioemocionais.

Nessa direção, o eixo de Inclusão Socioprodutiva do PRONASCI Juventude articula ações voltadas à qualificação profissional, elevação de escolaridade, formação cidadã e inserção produtiva, em parceria com instituições como o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), o projeto Um Milhão de Oportunidades (UNICEF)[16]. A proposta busca conectar os jovens acompanhados pelo projeto a trilhas formativas alinhadas às demandas dos territórios e às oportunidades do mercado de trabalho local, combinando cursos de qualificação, aprendizagem profissional, acompanhamento psicossocial e desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Trata-se de uma estratégia que reconhece que a permanência dos jovens em processos de formação e trabalho protegido depende também do fortalecimento das redes de apoio comunitário, da proteção social e da construção de vínculos institucionais duradouros.

[16] Até o momento da escrita desse documento, as instituições estão estabelecendo seus planos de atuação junto ao PRONASCI Juventude, essa construção busca mapear os perfis dos jovens e fazer uma curadoria especial focalizada na inclusão dos quase 2000 jovens do projeto no Rio de Janeiro e Salvador.

Entre as boas práticas que podem ser incorporadas ao PRONASCI Juventude destacam-se a criação de trilhas integradas de formação e empregabilidade, articulando oficinas do projeto, cursos do PRONATEC, programas de aprendizagem profissional e encaminhamento para oportunidades de estágio e primeiro emprego.

Recentemente a equipe do PRONASCI juventude do Rio de Janeiro, articulou uma parceria com o **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, voltada à inserção de jovens do PRONASCI Juventude em programas de jovem aprendiz vinculados ao Tribunal. A iniciativa prevê aproximadamente 300 vagas destinadas prioritariamente aos jovens acompanhados pelo projeto, considerando trajetórias marcadas por vulnerabilidade sociorracial agravada, passagem pelo sistema socioeducativo e necessidade de fortalecimento de vínculos institucionais e oportunidades de inserção produtiva.

Outra ação desenvolvida e que merece destaque a parceria construída com o Instituto BR[17] que prevê a oferta de cursos exclusivos de formação profissional para jovens do projeto. Essas iniciativas demonstram uma estratégia integrada de articulação territorial, formação profissional e acompanhamento continuado, fortalecendo trajetórias de autonomia.

18. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento do PRONASCI Juventude constitui um eixo estruturante da gestão da política pública, concebido para acompanhar de forma sistemática, contínua e qualificada a implementação das ações desenvolvidas nos territórios prioritários do programa. Sua finalidade é produzir evidências capazes de subsidiar a tomada de decisão, qualificar os processos de gestão, fortalecer a transparência institucional e ampliar a capacidade de avaliação dos resultados e impactos da política pública junto aos adolescentes e jovens acompanhados. Trata-se de um modelo de monitoramento que articula dimensões quantitativas e qualitativas, integrando acompanhamento técnico, gestão social, produção de indicadores e análise territorial, em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI II e da política nacional sobre drogas.

A metodologia de monitoramento do PRONASCI Juventude está fundamentada em uma concepção ampliada de prevenção à violência e à criminalidade associadas aos mercados ilícitos de drogas, tendo como referência a perspectiva da redução de riscos e danos, a interseccionalidade e o desenvolvimento social comunitário. Nesse contexto, o monitoramento não se limita ao controle administrativo das ações executadas, mas busca

[17] O Instituto BR Arte é uma organização da sociedade civil com atuação nacional que desenvolve projetos voltados à educação, cultura, economia criativa, empreendedorismo, sustentabilidade, esporte e formação profissional. A instituição atua na elaboração, gestão e execução de projetos sociais com foco em desenvolvimento comunitário, inclusão social e geração de oportunidades para populações em situação de vulnerabilidade social. No contexto do Rio de Janeiro, o Instituto BR tem se destacado principalmente por iniciativas voltadas à qualificação profissional, empregabilidade juvenil e fortalecimento de trajetórias de inclusão produtiva, articulando cursos de curta duração, formação em economia criativa e ações de apoio ao empreendedorismo. A organização também trabalha com metodologias de formação territorializada, buscando desenvolver ações alinhadas às demandas locais e às potencialidades dos territórios periféricos.)

compreender os processos de transformação social produzidos pelo projeto nos territórios e nas trajetórias de vida dos adolescentes e jovens participantes. Assim, a política de monitoramento foi estruturada para captar não apenas resultados objetivos, mas também dimensões subjetivas relacionadas ao fortalecimento de vínculos sociais, ampliação do acesso a direitos, construção de projetos de vida e fortalecimento comunitário.

O modelo de monitoramento do programa foi desenvolvido a partir da construção de um **Plano de Monitoramento e Avaliação, de uma Política de Monitoramento, de uma Matriz de Indicadores, de instrumentos padronizados de coleta de dados e de um Sistema Informatizado de Gestão da Informação.** Esses componentes foram elaborados pela equipe nacional do PRONASCI Juventude em diálogo com as equipes territoriais e com suporte técnico do Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (CDESC), em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad/MJSP) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e com o financiamento da Open Society.

A estrutura metodológica do monitoramento organiza-se em torno de indicadores-chave de desempenho (KPIs), alinhados às estratégias do PRONASCI II, às diretrizes da política sobre drogas e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os indicadores foram concebidos a partir de métricas internacionalmente validadas, permitindo maior rigor técnico, comparabilidade regional e capacidade de análise dos impactos produzidos pelo programa. Além disso, foram incorporados indicadores sociais específicos voltados à realidade dos territórios atendidos, considerando marcadores de raça, gênero, classe social, território, faixa etária e outras dimensões relacionadas aos processos de vulnerabilização sociorracial agravada.

A matriz de indicadores do PRONASCI Juventude está organizada em seis dimensões estratégicas: proteção social; ampliação de capital cultural, social e econômico; elevação de escolaridade e inclusão produtiva; ressignificação de projetos de vida; resolução de conflitos e cultura de paz; e enfrentamento ao racismo estrutural. Cada dimensão reúne indicadores quantitativos e qualitativos associados aos objetivos específicos do programa, permitindo acompanhar tanto a execução das ações quanto os efeitos produzidos na vida dos participantes e nos territórios. A construção dessa matriz teve como referência metodológica o Referencial de Controle de Políticas Públicas do Tribunal de Contas da União (TCU), o Logical Framework do Banco Mundial, além de indicadores relacionados aos ODS, ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e ao Índice de Vulnerabilidade Juvenil.

Para operacionalizar o monitoramento, o PRONASCI Juventude utiliza um conjunto integrado de instrumentos técnicos padronizados, denominado **“Pacote dos Instrumentos”**. Esses instrumentos têm como objetivo registrar, acompanhar e sistematizar as ações desenvolvidas pelas equipes técnicas junto aos adolescentes e jovens acompanhados pelo programa. Entre os principais instrumentos utilizados estão: **lista de presença; Plano de Envolvimento Social (PES); mapas de campo; registros fotográficos; atas e súmulas de reuniões; formulários de**

seleção dos participantes; planejamento pedagógico das atividades; guias de encaminhamento; mapeamento de redes parceiras e levantamento de equipamentos públicos e privados disponíveis nos territórios.

Dentre esses instrumentos, destaca-se o **Plano de Envolvimento Social (PES)**, considerado um dos principais dispositivos metodológicos do programa. O PES constitui um instrumento de acompanhamento longitudinal dos adolescentes e jovens, permitindo registrar informações relacionadas às trajetórias sociais, vínculos familiares e comunitários, acesso a direitos, participação nas atividades do projeto e processos de desenvolvimento individual e coletivo. Por meio desse instrumento, as equipes técnicas realizam o acompanhamento continuado dos participantes, produzindo informações fundamentais para a análise das dimensões de proteção social, inclusão produtiva, fortalecimento de vínculos e construção de projetos de vida.

Quadro 1. Dimensões do Plano de Envolvimento Social (PES)

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO	OBJETIVO DO ACOMPANHAMENTO
Identificação do(a) adolescente e/ou jovem	Dados básicos de identificação (nome, idade, gênero, raça/cor, território de residência)	Garantir o registro adequado e a caracterização do perfil dos participantes
Grupo familiar	Composição familiar, vínculos, responsáveis, dinâmica familiar	Compreender o contexto familiar e identificar redes de apoio ou situações de vulnerabilidade
Documentação	Situação de documentos civis (RG, CPF, certidão, título de eleitor, etc.)	Identificar ausência de documentação e viabilizar acesso a direitos básicos
Escolaridade	Situação escolar (matrícula, evasão, nível de ensino, histórico)	Monitorar permanência ou retorno à escola e articular estratégias educacionais
Trabalho, emprego e renda	Situação ocupacional, experiências profissionais e fontes de renda	Apoiar inserção no mundo do trabalho e identificar necessidades de qualificação

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO	OBJETIVO DO ACOMPANHAMENTO
Sistema de justiça	Histórico ou vínculo com sistema socioeducativo ou judicial	Identificar demandas específicas e articular acompanhamento com a rede de proteção
Saúde	Condições gerais de saúde e acesso a serviços	Garantir acesso a cuidados básicos e encaminhamentos necessários
Saúde mental e redução de danos	Aspectos relacionados ao bem-estar psicológico, uso de substâncias e acompanhamento especializado	Promover cuidado em saúde mental e estratégias de redução de danos
Assistência social	Acesso a benefícios e serviços socioassistenciais (CRAS, CREAS, etc.)	Fortalecer a proteção social e garantir acesso a políticas públicas
Cultura, lazer e esporte	Participação em atividades culturais, esportivas e de lazer	Incentivar desenvolvimento integral e fortalecimento de vínculos comunitários
Situações de violência	Vivências de violência (doméstica, urbana, institucional, etc.)	Identificar riscos, acionar proteção e garantir segurança dos adolescentes e jovens

Outro instrumento estratégico do monitoramento é a **planilha de assiduidade afirmativa**, desenvolvida para sistematizar mensalmente a participação dos adolescentes e jovens nas atividades do projeto. A ferramenta registra informações relacionadas à frequência nas ações pedagógicas, oficinas, cursos e atividades comunitárias, além de indicadores vinculados à elegibilidade para recebimento dos auxílios financeiros previstos pelo programa. A metodologia da assiduidade afirmativa combina critérios objetivos — como percentual mínimo de participação — com análises subjetivas relacionadas às condições concretas de vida dos participantes e às especificidades dos territórios atendidos. Essa abordagem busca evitar práticas punitivas e reconhecer as complexidades associadas às trajetórias de vulnerabilização social dos jovens acompanhados.

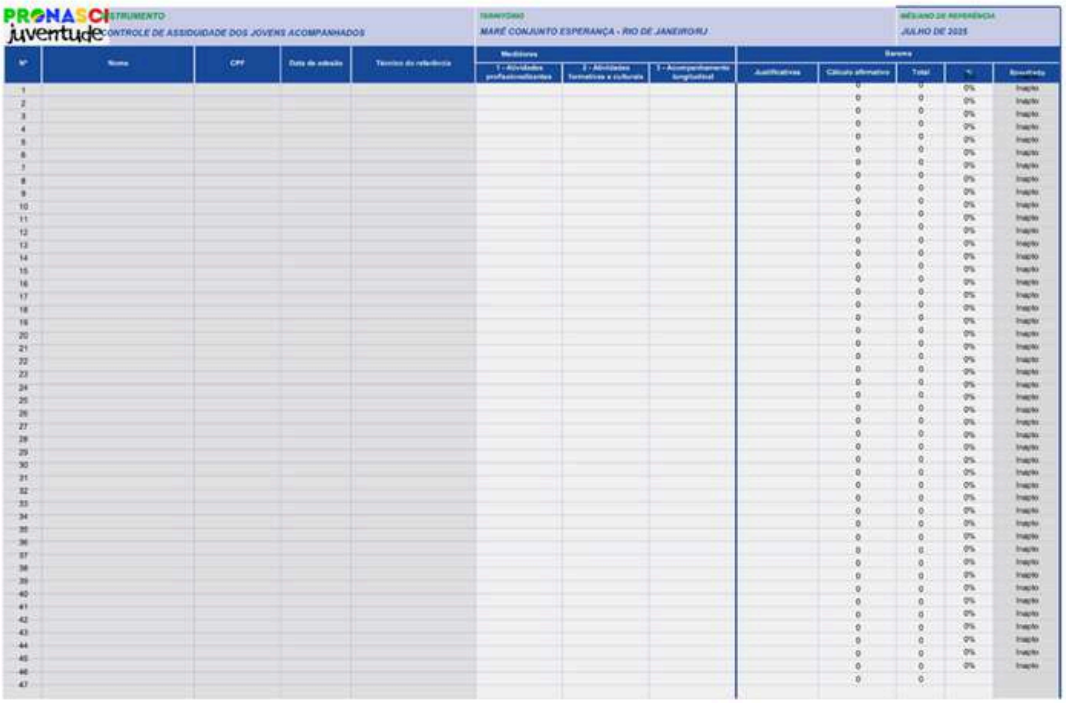


Figura 3. Planilha de Assiduidade Afirmativa

Com o objetivo de fortalecer a gestão da informação e ampliar a capacidade de análise dos dados produzidos nos territórios, foi desenvolvido o Sistema de Monitoramento PRONASCI Juventude (disponível em https://pronasci.devopx.com.br), plataforma digital voltada ao registro, sistematização e análise das informações relacionadas às ações do programa. O sistema foi concebido para traduzir operacionalmente os instrumentos técnicos utilizados pelas equipes, permitindo maior dinamismo, segurança e acessibilidade no processo de coleta e gestão dos dados. A plataforma integra funcionalidades de cadastro dos participantes, registro de acompanhamentos, planejamento das ações pedagógicas, articulação de redes parceiras, pesquisa de satisfação e consolidação de relatórios gerenciais e painéis dinâmicos de monitoramento.

A implementação do sistema informatizado tornou-se necessária diante do volume de informações produzidas pelos polos territoriais do programa, inicialmente implantados nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador e posteriormente ampliados para Manaus, Recife e Distrito Federal. O sistema foi estruturado para operar em diferentes dispositivos tecnológicos — computadores, tablets e celulares — e prevê funcionamento híbrido, permitindo registro de dados em modo online e offline, aspecto considerado estratégico para atuação em territórios com instabilidade no acesso à internet. A elaboração do sistema só foi possível, a partir da parceria com a organização da sociedade civil - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e com o financiamento da Open Society, na elaboração do projeto “Tecendo a Rede de Diálogos e conexões com PRONASCI juventude”, além da construção do sistema, o projeto prevê a formação de Líderes da Juventude, e diálogos sobre segurança pública.

Além do acompanhamento contínuo da execução das ações, o monitoramento do PRONASCI Juventude também está articulado aos processos de avaliação da política pública. Nesse sentido, o programa adota uma perspectiva denominada "aprendizagens da política pública", compreendendo a avaliação como instrumento de reflexão crítica, aperfeiçoamento institucional e produção coletiva de conhecimento sobre os processos de implementação. As estratégias avaliativas incluem avaliações de implementação, avaliações de resultados e metodologias participativas envolvendo beneficiários, famílias, lideranças comunitárias, profissionais e gestores públicos.

O modelo de monitoramento do PRONASCI Juventude parte do entendimento de que políticas públicas voltadas à prevenção da violência, à proteção social e ao enfrentamento das desigualdades sociorraciais exigem instrumentos de gestão capazes de incorporar a complexidade das realidades territoriais e das experiências juvenis. Por essa razão, o programa adota uma abordagem de gestão social orientada pela dialogicidade, participação comunitária, intersetorialidade e valorização dos processos coletivos de cuidado e proteção social. Assim, o monitoramento não é compreendido apenas como ferramenta burocrática de controle, mas como componente estratégico para fortalecimento da política pública, produção de evidências e ampliação da capacidade do Estado de responder às múltiplas vulnerabilidades que atravessam as juventudes em contextos de violência e exclusão social.

19. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto Presidencial Nº 11.436, de março de 2023. Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11436.htm. Acesso em: 17 ago. 2025.

_____. Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em 17 ago. 2025.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE DROGAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITÁRIO (CDESC). Desenvolvimento Alternativo na Política sobre Drogas: Experiências globais e caminhos para o contexto brasileiro. Brasília: Senad/MJSP; PNUD; UNODC, 2025.

CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV SOCIAL). Atlas das juventudes 2021: Evidências para a transformação das juventudes. Disponível em: https://atlasdasjuventudes.com.br/. Acesso em: 25 mar. 2025.

CHIAVERINI, Dulce Helena (Org.). Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). Informe sobre Seguridad Ciudadana y Derechos Humanos, OEA/Ser.l/v/ii. doc. 57, 2009.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Manual para incidência da temática do tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2021. Brasília: 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista estudos feministas, v. 10, p. 171-188, 2002.
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. Ano 19. ISSN 1983-7364. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. Ano 18. ISSN 1983-7364. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf. Acesso em: 26 maio. 2025.

GALDEANO, A. P.; ALMEIDA, R. (Orgs.). Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social. 1. ed. São Paulo: Cebrap, 2018.

GONDIM, Grácia Maria de Miranda; MONKEN, Maurício. Territorialização em Saúde. In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde da Fiocruz, 2009. Disponível em: https://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tersau.html. Acesso em: 26 de maio de 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Perfil do processado e produção de provas nas ações criminais por tráfico de drogas: relatório analítico nacional dos tribunais estaduais de justiça comum. Brasília, DF: Ipea, 2023. 107 p]

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

QUEIROZ, I. S.; DINIZ, A. G. R. Juventudes, processos educativos sobre drogas e redução de danos. Ebook - Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021. Disponível em: https://observatoriodajuventude.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/10/Juventudes-processos-educativos-sobre-drogas-e-reducao-de-danos.pdf Acesso em: 07 abr. 2025.

SANCHEZ, Alba Idaly Muñoz e BERTOLOZZI, Maria Rita. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? Disponível em:http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=2 49. Acesso em: 28 de maio 2025.

SANTOS, Mílton. O dinheiro e o território. Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia, v. 1, n. ju 1999, p. 7-13, 1999.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). World Drug Report 2015. Viena: UNODC, 2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial de controle de políticas públicas / Tribunal de Contas da União. –Brasília : TCU, Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento), Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec) e Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), 2020.

SECRETARIA NACIONAL DE
POLÍTICAS SOBRE DROGAS
E GESTÃO DE ATIVOS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA